

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR**

2016/2017



TII

**A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA MARÍTIMA NO
CONTEXTO ATUAL DAS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Ricardo Beirão Cortez Saraiva da Rocha

Primeiro-tenente



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
MARÍTIMA NO CONTEXTO ATUAL DAS AMEAÇAS
TRANSNACIONAIS

PRIMEIRO-TENENTE, M Ricardo Beirão Cortez Saraiva da Rocha

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M 2016/17

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
MARÍTIMA NO CONTEXTO ATUAL DAS AMEAÇAS
TRANSNACIONAIS**

PRIMEIRO-TENENTE, M Ricardo Beirão Cortez Saraiva da Rocha

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M 2016/17

Orientador: CFR M Rui Pedro Gomes Fernando da Silva Lampreia

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, Ricardo Beirão Cortez Saraiva da Rocha, declaro por minha honra que o documento intitulado “A Evolução das Operações de Segurança Marítima no Contexto Atual das Ameaças Transnacionais” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do Curso de Promoção a Oficial Superior 2016/2017 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 19 de junho de 2017

Ricardo Beirão Cortez Saraiva da Rocha



Agradecimentos

O espaço reservado desta secção, seguramente, não me permite agradecer, como devia, a todas as pessoas que, ao longo deste ano me ajudaram, direta ou indiretamente, a concluir o curso de promoção a oficial superior. A realização desta investigação contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado realidade e aos quais estou eternamente grato.

Ao Comodoro Nobre de Sousa, Comandante do Corpo de Fuzileiros, que na sua forma peculiar de transmitir conhecimento me direcionou e facilitou o acesso a documentação, que se veio a constatar essencial para a coerência da investigação.

Ao Capitão-de-mar-e-guerra Pessoa Arroteia, Comandante da Esquadilha de Superfície, pelas directrizes iniciais, que em muito contribuíram para a orientação do trabalho.

Ao Capitão-de-fragata Gonçalves Simões, Comandante do *NRP Álvares Cabral*, pela clareza, rigor e contributo na análise *SWOT*.

Ao Capitão-de-fragata Silva Lampreia, pela sua orientação, total apoio, disponibilidade, dedicação, pelo saber que transmitiu, pelas opiniões e críticas, total colaboração no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho.

Por último, tendo consciência que sózinho nada disto teria sido possível, dirijo um agradecimento especial à minha esposa Inês, de quem privei da minha companhia nesta fase importante da nossa vida, por toda a paciência e compreensão que, desde o primeiro momento, demonstrou. Sem este apoio não teria sido possível concluir esta investigação. A ela e à futura Mariana, dedico todo este trabalho.



Índice

Introdução.....	1
1. A evolução das MSO em função do contexto internacional.....	5
1.1. A segurança Marítima e a Geopolítica	5
1.2. A abordagem da OTAN às MSO.....	7
2. As ameaças transnacionais e a segurança dos Estados	10
2.1. As ameaças transnacionais	10
2.2. A influência nos instrumentos de poder Político e Económico.....	12
3. A estratégia OTAN para o Mediterrâneo.....	14
3.1. Cimeira de Varsóvia 2016	14
3.2. Análise SWOT para uma MSO atual, no Mediterrâneo	16
4. O Estudo de Caso - Operação <i>Sea Guardian</i>	19
4.1. A Operação <i>Sea Guardian</i>	19
Conclusões.....	23
Bibliografia.....	26

Índice de Apêndices

Apêndice A — Glossário de Conceitos	Apd A - 1
Apêndice B — A Globalização	Apd B - 1
Apêndice C — A evolução e percepção de segurança	Apd C - 1
Apêndice D — Conceito Estratégico da OTAN.....	Apd D - 1
Apêndice E — A Crise migratória no Mediterrâneo.....	Apd E - 1
Apêndice F — Balanceamento das Políticas de Direita na Europa.....	Apd F - 1
Apêndice G — Guião da entrevista semiestruturada.....	Apd G - 1

Índice de Figuras

Figura 1 – Tarefas MSO	21
Figura 2 – Tendência das políticas europeias, para a Direita	Apd F - 1



Índice de Tabelas

Tabela 1 – Matriz orientadora da investigação.....	3
Tabela 2 – Análise SWOT.....	17



Resumo

O domínio marítimo apresenta-se como um espaço vital para a segurança, estabilidade e prosperidade do mundo inteiro. As ameaças, outrora bem definidas, desenvolvem-se para ambiente transnacional, afetando a segurança marítima regional, com repercussões na estabilidade da Comunidade Internacional. As operações de segurança marítima ganham assim uma importância extrema, onde a conjugação de fatores e esforços da vertente convencional têm de coexistir com o Direito Internacional Marítimo e a soberania de nações terceiras.

Quanto à metodologia aplicámos um Design de Pesquisa do tipo “Estudo de Caso”, uma vez que admite consumir uma análise detalhada e abrangente do objeto de estudo. A estratégia de pesquisa é qualitativa e o raciocínio hipotético-dedutivo. Para fundamentar este estudo recorremos a diversas publicações de referência e foram efetuadas diversas entrevistas semiestruturadas a personalidades de reconhecida competência na área das operações de segurança marítima.

Concluimos que, para fazer face aos desafios prevaletentes no quadro estratégico do Mediterrâneo, a organização OTAN deve fomentar e investir na consciencialização situacional marítima e, conduzir operações de segurança marítima de cariz contínuo e preventivo, garantindo assim a articulação, interoperabilidade, flexibilidade e dinamismo de meios para mitigar as emergências transnacionais.

Palavras-chave: Operações de Segurança Marítima; Consciência Situacional Marítima; Ameaças Transnacionais e; Capacidades.



Abstract

The maritime domain is vital to the security, stability, and prosperity of the entire world. Once considered, as well defined, threats are now developing into a transnational environment, affecting regional maritime security, with repercussions on the stability of the international community as a whole. Maritime security operations are thus of the utmost importance, where the blend of conventional factors and efforts, on the conventional slope must coexist with the application of the International law of the sea and the sovereignty of third part nations.

As for methodology, we applied as research design the “Case Study”, since it admits to consummating a detailed and comprehensive analysis of maritime security operations. The research strategy is qualitative, and the rationale is hypothetical-deductive. In order to support this study, we research several Publications of reference and, carried out, several semi-structure interviews with renowned personalities in the area of maritime security operations.

We conclude that, in order to meet the prevailing challenges in the Mediterranean strategic framework, NATO must foster and invest efforts in maritime situational awareness in order to execute maritime security operations framing continuous and at preventive label, encouraging platforms articulation, interoperability, flexibility and dynamic features to mitigate transnational emergencies.

Keywords: *Maritime Security Operations; Maritime Situational Awareness; Transnational threats and; Capabilities.*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

2GM	Segunda Guerra Mundial
ACA	Académicos
ACTORD	<i>Activation Order</i>
ADM	Armas de Destrução Maciça
AMS	<i>Alliance Maritime Strategy</i>
CA	<i>Comprehensive Approach</i>
CBRN	<i>Chemical, biological, radiological and nuclear</i>
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CI	<i>Critical Infrastructure</i>
COMNAV	Comando Naval
EUA	Estados Unidos da América
EUNAVFOR MED	<i>European Union Naval Force Mediterranean</i>
FNP	Forças Navais Permanentes
FOCOPS	<i>Focused Operations</i>
GF	Guerra Fria
H	Hipótese
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
JOA	<i>Joint Operations Area</i>
MARCOM	<i>Allied Maritime Command</i>
MCT	<i>Maritime Counter Terrorism</i>
MDA	<i>Maritime Domain Awareness</i>
MigSO	<i>Migrant Security Operations</i>
MIO	<i>Maritime Interdiction Operations</i>
MSA	<i>Maritime Situational Awareness</i>
MSAA	<i>Maritime Situational Awareness Approach</i>
MSO	<i>Maritime Security Operations</i>
NA5MSO	<i>Non-Article 5 Maritime security Operation</i>
NA5OAE	<i>Non-Article 5 Operation Active Endeavour</i>
NAC	<i>North Atlantic Council</i>



NEP	Normas e Procedimentos
NSO	<i>NATO Standardization Office</i>
OAE	Operação <i>Active Endeavour</i>
OPLAN	<i>Operation Plan</i>
OSG	Operação <i>Sea Guardian</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PfP	<i>Partnership for Peace</i>
PMR	<i>Periodic Mission Review</i>
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
SACEUR	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
SHAPE	<i>Supreme Headquarters Allied Powers Europe</i>
SLOC	<i>Sea Lines of Communication</i>
SO	<i>Strengths & Opportunities</i>
SOF	<i>Special Operations Force</i>
ST	<i>Strengths & Threats</i>
STANAVFORLANT	<i>Standing Naval Force Atlantic</i>
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
UE	União Europeia
USS	<i>United States Ship</i>
WFP	<i>World Food Program</i>
WMD	<i>Weapons of Mass Destruction</i>
WO	<i>Weaknesses & Opportunities</i>
WT	<i>Weaknesses & Threats</i>



Introdução

Com a entrada no novo milénio, o mundo continua cheio de indefinição. São evidentes as alterações estruturais da conjuntura internacional. O mundo apresenta-se com tendências multipolares diversificadas, desde o pós-Guerra Fria (GF). As ameaças outrora bem definidas, desvaneceram, dando lugar à incerteza, riscos e perigos, uns novos, outros antigos, que ganharam preponderância na hierarquia das preocupações dos Estados.

O tema em enunciado insere-se no campo das operações marítimas realizadas um pouco por todo o globo. Derivado das ameaças transnacionais o paradigma das operações de segurança realizadas pelos Estados banhados pelo mar, ganhou novos contornos e como consequência têm vindo a ser alvo de preponderância na última década.

Os oceanos conectam as nações globalmente através de uma interdependente rede de relações económicas, financeiras, sociais e políticas. Segundo Monteiro (2012, p. 63), as estatísticas são convincentes: “Os oceanos ocupam uma área aproximada de 361 milhões de Km², o que corresponde a cerca de 71% da superfície terrestre; Cerca de 2,2 mil milhões de pessoas (aproximadamente 40% da população mundial) vivem a menos de 100Km da costa; 90% do comércio mundial circula por via marítima, incluindo quase 2/3 do petróleo produzido em todo o mundo; 75% do tráfego marítimo mundial passa por um número reduzido de pontos focais como o Canal do Suez, o Canal do Panamá e os Estreitos de Gibraltar, Ormuz e Malaca, entre outros; Mais de 95% do tráfego cibernético intercontinental (tanto de voz como de dados) de todo o mundo é transportado por cabos submarinos”. O comércio global depende de redes de transporte marítimo e de distribuição marítimas internacionais seguras e de baixo custo, que são vulneráveis a perturbações, na medida em que, mesmo interrupções curtas iriam afetar seriamente o comércio internacional e as economias.

“O Norte de África e Médio Oriente são uma região essencial para projeção externa da União Europeia (UE). Trata-se de sublinhar a importância das fronteiras e vizinhanças a sul, no contexto do desenvolvimento e da segurança global, quer pela sua proximidade, quer pelas suas reservas energéticas, quer ainda por ser uma região caracterizada pelos enormes desafios de índole económica e social” (Governo de Portugal, 2013, p. 18).

Desde a vigilância e fiscalização marítimas, a salvaguarda da vida humana no mar, a segurança das linhas comerciais de comunicação marítima passando pelo combate à pirataria e ilícitos, um sem número de atividades são permanentemente exercidas neste



ambiente. A forma como as atuais ameaças interferem com o planejamento e execução dessas tarefas é algo a ter em consideração.

Diversas organizações, nomeadamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e ultimamente a UE, tem conduzido um significativo esforço, através do qual se procura prevenir, combater e dissuadir as atividades ilícitas no mar. Na sua maior parte, não se trata de operações com cariz combatente, mas tão só explorar aquelas valências que melhor se adaptam e enquadram na tipologia de respostas que são necessárias para assegurar o uso do mar em segurança e para fins pacíficos. Com o propósito da segurança marítima, são exemplos deste contributo as operações *Active Endeavour* (OAE) (2001–2016), de combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição maciça (ADM) no Mediterrâneo, *Allied Provider* (2008) dedicada à escolta aos navios do *World Food Program* (WFP) na bacia da Somália, *Ocean Shield* (2009 – 2016) de combate à pirataria no Golfo de Áden e mais recentemente a Operação *Sophia* no âmbito da *European Union Naval Force Mediterranean* (EUNAVFOR MED) com o objetivo de interromper o negócio das redes de contrabando e tráfico de pessoas na região do Mediterrâneo. Fruto desta emergência transnacional, a realidade vivida hoje em dia no Mediterrâneo, merece total atenção por parte dos atores políticos. Neste sentido, materializa-se como objeto de estudo para este trabalho as Operações de Segurança Marítima (MSO¹). Atendendo à parametrização, abrangência e evolução das mesmas, a investigação será delimitada ao intervalo temporal de 2001 a 2017 e à recente operação da OTAN, no Mediterrâneo, designada de Operação *Sea Guardian* (OSG).

Como objetivo geral da investigação pretende-se recordar a evolução das MSO e o seu contributo no combate às ameaças transnacionais atuais. Neste sentido, e atendendo ao tema em investigação torna-se necessário balizar as diferentes temáticas e perspetivas que concorrem para o seu propósito, tendo sido desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (i) Analisar a evolução das MSO em função do contexto internacional; (ii) Enumerar as ameaças transnacionais em ambiente marítimo e (iii) Analisar o contributo das MSO no combate às ameaças transnacionais atuais.




Para orientar as pesquisas, a matriz na Tabela 1 assegura a unidade de propósito do presente trabalho, com a Questão Central (QC) de onde decorrem três Questões Derivadas (QD), a partir das quais se estabeleceu um conjunto de possíveis respostas que se

¹ No presente trabalho, para a expressão “operações de segurança marítima” iremos utilizar a abreviatura MSO, que resulta do inglês “*Maritime Security Operations*”, com o mesmo significado.



encontram vertidas nas hipóteses (H). Durante a investigação pretende-se validar ou refutar cada hipótese, de forma a encontrar uma resposta fundamentada à questão central.

Tabela 1 – Matriz orientadora da investigação

QC. De que forma têm evoluído as MSO para fazer face às atuais ameaças transnacionais		
<p>QD01. Como têm evoluído as MSO?</p>	<p>QD02. Quais são as atuais ameaças transnacionais?</p>	<p>QD03. Qual o contributo das MSO no combate às ameaças transnacionais?</p>
		
<p>H01. A conotação atribuída, hoje em dia, à expressão “segurança marítima” é relativamente recente, existindo uma pluralidade de desafios às MSO, no sentido de salvaguardar as políticas e economias externas da Europa. A abrangência do conceito MSO não deve ser estático e delimitado a situações particulares, mas dinâmico e aberto a novos desafios e realidades.</p>	<p>H02. As atuais ameaças transnacionais refletem numerosas alterações políticas, económicas e sociais. Derivado do recente fluxo e movimento migratório no Mediterrâneo, ações desenroladas como contrabando de migrantes, enquadram-se no crime organizado transnacional como contexto de ameaça.</p>	<p>H03. O foco neste tipo de operações ajuda a proteger as linhas vitais de comunicação marítima e zelar pela liberdade de navegação. Na perspetiva geopolítica, tarefas de vigilância, partilha de informação interagências, interdição marítima e proteção de infraestruturas críticas continuarão a ser o canal de ação das políticas internacionais.</p>

Fonte: autor, 2016

O Trabalho de Investigação percorre a tipificação das Normas e Procedimentos Académicos NEP/ACA–010, com uma fase exploratória que culminou com a aprovação do Projeto de Investigação. Uma Fase Analítica onde, recorrendo ao Design de Pesquisa do tipo “Estudo de Caso”, articulando de forma disciplinada a investigação direcionamo-nos para um caso único. O conhecimento originado resultará de uma perspetiva interpretativa, suportado por análise documental, entrevistas a personalidades de reconhecida competência na área e uma análise SWOT² procurando suportar a resposta à QD03, terminando com a Fase Conclusiva e conseqüente discussão de todos os dados analisados ao longo do trabalho.

Para este trabalho foi adotado o raciocínio hipotético-dedutivo (Popper, 2006), tendo-se iniciado com a formulação das hipóteses e de seguida verificado se estas são verdadeiras ou falsas (Freixo, 2012, p. 109). Na natureza dos dados a recolher, esta investigação utilizou numa estratégia qualitativa.

² *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*



O estudo encontra-se organizado em diferentes capítulos. O primeiro capítulo procura responder à QD01, tendo como base o entendimento do que é segurança marítima, tenciona-se focar a origem, desenvolvimento e perceção das operações de segurança marítima e como os contextos históricos e os focos de ameaça foram priorizando as orientações políticas.

No segundo capítulo pretende-se enumerar as atuais ameaças transnacionais e enquadrar como se reflete o seu efeito nas políticas e economias da Europa, respondendo assim à QD02.

O terceiro capítulo sublinha a preponderância da OTAN no desenvolvimento desta capacidade e quais as atuais orientações para enfrentar os desafios apresentados à fronteira sul da Europa, no Mediterrâneo. Tendo por base todos os fatores realçados dos capítulos anteriores, apresenta-se uma análise SWOT onde se perspetiva quais as linhas de ação que a OTAN deverá ter no Mediterrâneo face às ameaças transnacionais e contexto geoestratégico prevalecente.

Com o estudo de caso, da mais recente operação, desta natureza, no último capítulo constatamos como se materializa, hoje em dia, as diretrizes OTAN no Mediterrâneo. Abordamos a flexibilidade, constrangimentos, dependências e restrições com que a OSG se depara, para a prossecução do seu objetivo.

Finalmente, apresentar-se-ão as conclusões e recomendações do estudo, procurando responder à QC.

Como base conceptual, para melhor compreender o âmbito e natureza deste tipo de operações, importa numa primeira análise captar os conceitos estruturantes: espaço marítimo; segurança marítima; poder naval; poder marítimo; segurança cooperativa; defesa coletiva; *maritime security operations*; *maritime situational awareness* (MSA) e *comprehensive approach* (CA), em apêndice A.



1. A evolução das MSO em função do contexto internacional

Tendo sido levantada a QD01, procuramos neste capítulo, suportado pela contextualização e percepção de segurança num mundo globalizado em apêndice B, compreender onde têm emergido os focos das ameaças, como elas afetam os Estados e consequentemente como as operações de segurança marítima têm vindo a ser empregues. Tomando como referência a OTAN e a forma como esta assume o seu papel, relevante, para dar resposta às necessidades internacionais, procuramos salientar como tem evoluído as MSO no seio da organização.

1.1. A Segurança Marítima e a Geopolítica

A expressão e conotação de segurança marítima, é relativamente recente, sendo raramente usada, até ao final da GF, em detrimento do confronto entre superpotências ou do conceito Poder Naval, que até ao momento apenas servia propósitos Geopolíticos como as reivindicações de soberania sobre territórios marítimos.

Hoje em dia, para proporcionar segurança no domínio marítimo depreende-se a existência de um conjunto de políticas, regulamentos, medidas e operações que, para Christian Bueger (2015), devem estar consonantes com quatro considerações, sendo elas: poder naval; socorro e proteção individual no mar; sustentabilidade económica e resiliência das populações.

Olhemos os Estados Unidos da América (EUA) que, em 1989, como resultado de uma década estimulada para a defesa se confrontaram, segundo (Kraska & Pedrozo, 2013, p. 01), com um excesso de meios militares, cujo empenhamento dos mesmos foi justificado no combate contra às drogas ilegais. Denotamos aqui uma primeira correlação entre aplicabilidade da lei nacional com recurso a meios militares.

Conforme complementado em apêndice C, contemporaneamente, de acordo com Cajarabille (2012, p. 24), no que respeita ao mar, torna-se necessário estruturar capacidades especialmente concebidas para atender aos requisitos da segurança das pessoas, a par da segurança do Estado e da participação a nível internacional. Este tópico tem estado bastante em voga, principalmente pelos episódios que marcaram a abertura do século, dos quais seria irresponsável não sublinhar o acordar do mundo para o terrorismo com o ataque às Torres Gémeas (9/11), em território americano, desencadeando e, pela primeira vez ao abrigo do Art.5º, a OAE da OTAN no Mediterrâneo, entre 2001 e 2016.



Embora esta ameaça não seja nova (Correia, 2017), ataques assimétricos³ como o perpetuado ao *USS⁴ Cole* em 2000 assim como a manifestação de diversos ataques piratas no estreito de Malaca⁵, nunca se desenvolveram dentro de fronteiras aliadas e com o impacto que o 9/11 teve. A resposta das nações aliadas, no Mediterrâneo, com uma componente de contra terrorismo e combate à proliferação de ADM despoletou esforços interagências para troca e partilha de panorama (Simões, 2017), funcionando como catalisador do conceito MSA⁶ (NATO, 2007). Sublinha-se ainda (NATO, 2014) como os desenvolvimentos desta capacidade devem responder aos desafios à segurança marítima, onde a partilha de informação entre a OTAN e várias agências (INTERPOL⁷) e, a existência de plataformas para partilha de dados (TRITON⁸) ganham preponderância.

Segundo Christian Bueger (2015, p. 01), o termo segurança Marítima é uma das mais recentes palavras chave nas relações internacionais, chamando a atenção para novos desafios e apoiando a azáfama para os resolver.

De acordo com Arroteia⁹ (2017) a OAE teve o seu ponto alto até 2005, altura em que começou a desvanecer com o aparecimento e foco da pirataria no Golfo de Áden na Somália, para onde os esforços navais e interesse dos Estados foram divergidos de forma a salvaguardar a segurança da navegação mercante.

Tendo por base a natureza das operações, o termo segurança marítima tem vindo a ser associado a ações preventivas, criadas para dar resposta a atividades ilegais no mar ou provenientes do mar, de forma flexível e dinâmica. Embora o aumento de ataques terroristas e a pirataria tenha despertado a atenção dos órgãos de comunicação social, prevalecem ações como o tráfico e contrabando de pessoas, a pesca ilegal, o tráfico de armas e de drogas assim como a poluição deliberada, ações estas que continuam a representar a maior parte das atividades ilegais e perturbadoras no domínio marítimo (Germond, 2014).

³ AAP-06, *A threat emanating from the potential use of dissimilar means or methods to circumvent or negate an opponent's strengths while exploiting his weaknesses to obtain a disproportionate result.*

⁴ *United States Ship.*

⁵ Principal passagem marítima entre os oceanos Índico e Pacífico, Malásia

⁶ Derivado do conceito americano *Maritime Domain Awareness* (MDA) é uma capacidade imprescindível no apoio e espectro das MSO.

⁷ *International Criminal Police Organization.*

⁸ O projeto TRITON é o nome dado a todas as atividades de implementação associadas à entrega de serviços de apoio à decisão em suporte ao Comando e Controlo no mar.

⁹ José Diogo Pessoa Arroteia, Capitão-de-mar-e-guerra, comandou o NRP Vasco da Gama, como navio chefe da Força Naval da União Europeia (EUNAVFOR) na operação ATALANTA em 2011. De 2013 a 2016 desempenhou funções na secção *Future Operations* da Divisão de Operações do NATO *Allied Maritime Command* (MARCOM), sendo responsável pelas áreas de MSO e MSA e pelo planeamento da OAE e conseqüente transição para a OSG.



A Geopolítica, por seu lado, depreende a forma como a geografia influencia a política de um Estado, a forma como os Estados ignoram essas restrições ou a forma como diversos Estados usam a geografia em sua vantagem (Germond, 2014). Por outras palavras, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento da atividade da ciência política. A dimensão geopolítica da segurança marítima explica a forma como a geografia influencia as políticas, regulamentos, medidas e operações de segurança marítima. O fator geográfico, entendido como a extensão de um país, quando na ausência de acesso direto ao alto mar, restringe o poder marítimo em geral e as políticas de segurança marítima em particular.

1.2. A abordagem da OTAN às MSO

Segundo Pereira (2012) no âmbito da segurança marítima existem dois documentos estruturantes que importa referenciar, o último Conceito Estratégico OTAN, apêndice D, que reconhece um moderno ambiente de segurança contendo um amplo e evolutivo conjunto de desafios para a segurança do território e das populações aliadas, e o *Alliance Maritime Strategy* (AMS). Do segundo (NATO, 2011) e em plena coerência com o Conceito Estratégico, são estabelecidas orientações para o emprego das forças no atual contexto da segurança no domínio marítimo, de onde resulta o Conceito MSO.

Em 1984, a OTAN publicou a primeira Estratégia Marítima, mas centrou-se apenas em como a organização poderia prevalecer em cenários pós-Guerra Fria. Passados mais de vinte anos, de acordo Kraska e Pedrozo (2013, p. 48) e, tendo por base “*U.S.’ 2007 Cooperative Strategy for 21st Century sea power*” e o “*2006 Naval Operations Concept*”, foi sugerido à OTAN o desenvolvimento de uma nova AMS e um conceito de apoio às MSO, análogo aos conceitos base americano. A dezasseis de março de 2011, acordado e difundido pelo *North Atlantic Council* (NAC), a OTAN lançou a AMS como uma reavaliação bastante substancial da contribuição das forças marítimas no apoio aos objetivos da organização.

Inicialmente, a postura de segurança marítima da OTAN visava reforçar a autodefesa coletiva contra a ameaça soviética, hoje em dia, as ameaças contemporâneas, apresentam-se difusas e complexas, combinando perigos imprudentes e imprevisíveis de Estados criminosos e atores não estatais.

Assim como, o novo Conceito Estratégico da Aliança tomou em consideração, a evolução do ambiente de segurança geopolítico, a AMS e o conceito MSO, refletem as ameaças emergentes na interseção da aplicação da lei com as atividades militares convencionais. A atividade criminosa em ambiente marítimo inclui a crescente gama e taxa



de ataques piratas, que levantaram preocupações sobre a segurança das tripulações. Questões de jurisdição de navios mercantes, usando pavilhões de conveniência, embora tripulados por nacionais de muitos Estados diferentes complicam ainda mais a tapeçaria de segurança.

A AMS pretende fornecer orientações a longo prazo para cumprir, no mar, as missões OTAN nas próximas décadas (NATO, 2011), bem como fomentar o desenvolvimento de novas capacidades. Nesse sentido, o conceito MSO fornece orientações operacionais imediatas sobre o uso de forças em apoio às operações de segurança marítima.

“The Alliance Maritime Strategy reiterates NATO’s commitment to helping protect vital sea lines of communication and maintain freedom of navigation. This includes surveillance, information-sharing, maritime interdiction, and contributions to energy security, including the protection of critical infrastructure.” (NATO, 2016, p. 116)

Neste ambiente dinâmico, as forças navais da OTAN preparam-se, como sublinhado por Sousa (2017), para cinco contributos: *“Deterrence and collective defence; Crisis management; Cooperative Security”*. Além das anteriores a AMS estabelece um quarto contributo: *“Maritime Security.”*

O conceito MSO (NATO, 2011) foca, tanto os princípios gerais que a OTAN deve ser capaz de executar: *Proactive Approach; Rapid Response; Interdiction at Range; Comprehensive approach; effective communication; Layer defence*, como sob o princípio do dinamismo, aborda a capacidade militar e as tarefas a realizar no futuro, são elas: *support MSA; uphold freedom of navigation; maritime interdiction; fight proliferation of WMD; protect critical infrastructure; support maritime counter terrorism; contribute to maritime security capacity building*. São ainda reconhecidos como requisitos críticos à eficácia das MSO a coordenação e cooperação com outros atores não OTAN, partilha de informação, treino e interoperabilidade, procurando uma contribuição baseada numa postura proativa que envolverá uma combinação de missões, incluindo aspetos relacionados com a aplicabilidade da lei, que irão identificar ameaças emergentes no mar e apoiar a segurança marítima.

Intercetar ou agir sob ameaças precoces à distância é mais eficaz do que, ao revês, esperar que as ameaças estejam em águas ou território de fronteiras aliadas (Arroteia, 2017). Dado o alcance marítimo global e a capacidade oceânica das nações aliadas, a interdição à distância é o fator chave onde a organização pode genuinamente agregar valor



A evolução das operações de segurança marítima no contexto atual das ameaças transnacionais

aos esforços da comunidade internacional para melhorar e contribuir para a segurança marítima.



2. As ameaças transnacionais e a segurança dos Estados

Por forma a dar resposta à QD02 procuramos enumerar as ameaças atuais, atendendo ao seu carácter transnacional, listando quais as mais salientes em ambiente marítimo. Contribuindo para validar a H02, o subcapítulo 2.2 contextualiza de uma forma atual as reverberações na UE, na sua escalada de insegurança e tendência de declínio económico.

2.1. As ameaças transnacionais

Para Adriano Moreira¹⁰ (2004 cit. por Garcia, 2006, pp.343-347), nada indica que, na atual conjuntura internacional, a época que se iniciou com o fim da GF seja menos exigente, no que toca à segurança e à defesa desterritorializada. Nesse sentido, ou procedemos a numerosas mudanças para enfrentar hoje as novas ameaças, ou aquilo que conhecemos como mundo moderno poderá perder essência e viveremos em perpétuo medo. De acordo com Steele¹¹ (2002, pp. 5-12) o paradigma das novas ameaças pode ser genericamente sublinhado como não governamental, não convencional, dinâmico, não linear, com regras de empenhamento desconhecidas, com um modo de atuação assimétrico e imprevisível.

Na avaliação das potenciais causas do transtorno do ambiente de segurança, de acordo com Pereira (2012, p. 132), as ameaças possuem, hoje em dia, características que são imprescindíveis ter em conta para a edificação estratégica, são elas: a *incerteza*, quanto à forma (o quê, de que dimensão e como); e a *imprevisibilidade*, no tempo e no espaço (quando e onde). O efeito resultante das ações com impacto no ambiente, na sociedade, na economia ou na segurança individual, são todas possíveis faculdades geradoras de pontos de insegurança. O seu foco na segurança marítima e, apesar da variedade das causas, a congeneridade dos seus efeitos revela ainda a natureza *interdependente* que aproxima estes domínios, na necessidade de os incorporar numa lógica integradora sejam eles praticados de forma intencional ou originados por causas naturais. A tipificação das atuais ameaças pode ser descrita pela lógica dos “três i’s”: incertas, imprevisíveis e interdependentes. (Cajarabille, et al., 2012).

Com o proveito de um espaço de manobra com menor controlo para desenvolver negócios modernos e internacionais no mundo da ilegalidade e da iniquidade, apresenta-se

¹⁰ Adriano José Alves Moreira, advogado, professor universitário de Ciência Política e Relações Internacionais.

¹¹ Robert D. Steele é um ex. oficial de infantaria do Corpo de *Marines* dos EUA, formado em Relações Internacionais pela universidade de Oklahoma e certificado pela universidade de Harvard em Política de Informações.



a face das trevas do fenómeno globalizante, como apresentado em apêndice B, onde as ameaças atuais ganham um novo contorno, a transnacionalidade.

De acordo com Garcia¹² (2006, p. 344) ameaças transnacionais são ameaças não militares que cruzam fronteiras e que simultaneamente ameaçam a integridade social e política dos Estados ou mesmo a saúde dos habitantes, bem como a sua qualidade de vida. As ameaças transnacionais, especialmente as novas formas de terrorismo, pela sua natureza aleatória e assimétrica, estrutural e temporária, assumem atualmente, um carácter relevante no plano da segurança. Conforme citado por Pereira¹³ (2014, p. 308) as ameaças consideradas como relevantes no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) 2003 são no Conceito de 2013, igualmente enumeradas, mas consideradas como ameaças de natureza global, atualizando a transnacionalidade das mesmas.

O CEDN (Governo de Portugal, 2013) define como principais ameaças de natureza global o *terrorismo*, a *proliferação de ADM*, a *criminalidade transnacional organizada*, a *cibercriminalidade* e a *pirataria*.

Embora não conotada como ameaça global no CEDN, a imigração ilegal é, para Monteiro (2012, p. 65), caracterizada como uma ameaça direta ao uso do mar ou que do mar tira partido. Apesar de, segundo Simões (2017), sempre ter existido, de acordo com Arroiteia (2017) e Silva¹⁴ (2017), seria irresponsável não considerar os movimentos migratórios ilegais, descritos em apêndice E, como ameaça transnacional, uma vez que são um veículo à propagação de outras ameaças, sobretudo em consequência do fenómeno da globalização. Entre as principais ameaças aos Estados, à segurança e ao bem-estar das populações é também destacado em Conceito Estratégico Militar (CEM) (Ministério da Defesa Nacional, 2014) a imigração ilegal na sua vertente transnacional onde a sua correlação com o crime organizado já não é encarado como um delicado problema de criminalidade, podendo ser avaliado como um fenómeno que opera em grande escala e cujos efeitos são suscetíveis de prejudicar o funcionamento da sociedade e da política em

¹² Francisco Proença Garcia, Major do Exército e professor no Instituto de Estudos Superiores Militares.

¹³ António Martins Pereira, Coronel Tirocinado de Infantaria. Comandante do Quartel-General de Operações especiais, Mestre em relações Internacionais e Estudos Europeus.

¹⁴ O Comodoro Carlos Manuel Parreira Costa Oliveira Silva, participou por duas vezes na Força Naval Permanente do Atlântico (STANAVFORLANT), quando Portugal assumiu o comando daquela força em 1995 e 2001, tendo ainda tomado parte nas operações SHARP GUARD no Mar Adriático e ATALANTA no combate à pirataria no Oceano Índico. Salienta-se ainda uma comissão no *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE), onde exerceu funções na divisão de planeamento e o cargo de chefe do estado-maior do Comando Naval (COMNAV) entre 2013 e 2014.



todo o mundo. Mais recentemente, segundo a NSO¹⁵ (MCMSB, 2016, p. 39) é perceptível, o dilema a nível tático, no enquadramento doutrinário a alocar à problemática da migração, ou como começa a ganhar conotação “*Migrant Security Operations*” (MigSO).

2.2. A influência nos Instrumentos de Poder Político e Económico

O mundo acordou para uma nova realidade, onde as ameaças operam dentro das nossas fronteiras, abalam os nossos costumes, sentimento de segurança e atacam a nossa consciencialização para o mundo em que vivemos. Esta realidade, está bem latente no prefácio de David Cameron (HM Government, 2015) “*Our national security depends on your economic security, and vice-versa. So, the first step in our National Security Strategy is to ensure our economy is, and remains, strong.*” ...” *We need the sea lanes to stay open and the arteries of global commerce to remain free flowing.*”. Na sua essência está a, vontade nacional e a compreensão de que as defesas convencionais não são, por si só, suficientes contra a crescente necessidade de combater ameaças de atores não estatais. Definidos por Thales Castro (2012, p. 438) como atores de índole política, religiosa, económica, entre outras, que operam de forma transnacional, mas os seus membros não são governos ou os seus representantes legais possuem um cariz não centrado no Estado.

A Europa enfrenta a maior crise política desde a Segunda Guerra Mundial (2GM). Aprofundado em apêndice F, na Europa, os partidos políticos tradicionais perderam o seu apelo, enquanto movimentos populistas e eurocéticos têm atraído um amplo apoio (Silva, 2017). Qualquer esperança numa Europa unificada, parece diminuir a cada dia que passa. A crise Europeia expôs profundas falhas entre a Alemanha e os países mais a sul, incluindo Grécia, Itália e Portugal. A Alemanha e a Itália entraram em confronto sob questões como controlos de fronteira e regulamentações bancárias e, em vinte e três de junho de 2016, o Reino Unido tornou-se o primeiro país a votar para deixar a UE (Zahra, 2017).

Ao mesmo tempo que as políticas internas parecem descarrilar, a Europa enfrenta ameaças e perigos externos. A leste uma Rússia revanchista que invadiu a Ucrânia tendo anexado a Crimeia. A sul, o colapso de numerosos Estados levou milhões de migrantes para o norte e criou um terreno fértil para terroristas islâmicos.

Os movimentos migratórios estão sendo descritos, em debates políticos e de imprensa cada vez mais estridentes na Europa, como novos desastres, falhas políticas e até mesmo invasões que a UE e os seus Estados Membros até ao momento se revelaram incapazes de abordar eficazmente. Exemplo disto são as mediáticas fotografias, divulgadas

¹⁵ NATO Standardization Office



pelos órgãos de comunicação social, de uma criança síria de três anos periclitada numa praia turca. Tais exemplos perturbadores criam desafios a uma UE em recuperação de uma profunda recessão, com elevado nível de desemprego, razões essas que inevitavelmente originam desafios ao sistema monetário euro. Esta abordagem sensacionalista, proporciona uma forragem política para fortalecimento de partidos e movimentos populistas, anti Europa, que se têm reivindicado na maioria dos, ainda, vinte e oito membros (Chivvis, 2016).

Recentes ataques em Paris, Bruxelas e Suécia mostram que estes extremistas podem atacar o coração do continente. De acordo com Grygiel (2016) tal desordem tem por gênese o ignorar de conflitos geopolíticos que rodeiam a Europa. Para resolver a sua confusão doméstica ou fazer face às ameaças que atentam a sua segurança, assistimos hoje a uma UE que não parece tão forte e unificada como outrora, ferida pela crise do euro e dividida nas opiniões de como lidar com os refugiados, apêndice E.

As prevalecentes políticas pacifistas, outrora unificadoras, despertaram em muitos líderes a importância de integridade das suas fronteiras, concluindo que a melhor maneira de se protegerem é através de mais soberania, e não de menos. Governos de direita que, segundo Sousa (2017), geram reações e políticas potenciadoras de clivagens sociais, assumiram o poder na Polónia e na Hungria.

É perceptível que as recentes migrações em massa e a escalada terrorista do “Estado Islâmico” levantam problemas críticos na segurança (Gaspar, 2016, p. 406) e dilemas profundos para as sociedades europeias. Esta realidade levanta questões morais entre a sociedade, na forma de como alocar os poucos recursos existentes a um grande número de pessoas desesperadas. O constante enfrentar de questões morais está par a par com as decisões dos líderes europeus.



3. A estratégia OTAN para o Mediterrâneo

Tendo presente a conjuntura mundial, por forma a dar resposta à QD03 e suportar a H03, tencionamos neste capítulo salientar o papel e preponderância das MSO, na fronteira sul da Europa. Sustentado pelas orientações da última cimeira em Varsóvia e relacionando o enquadramento dos elementos elencados dos capítulos anteriores, pretende-se através de uma análise SWOT estimar uma cenarização para o Mediterrâneo. As linhas de ação estimadas serão depois corroboradas com a estratégia da OTAN na OSG, examinada como estudo de caso no capítulo seguinte.

3.1. Cimeira de Varsóvia 2016

As novas e emergentes ameaças à segurança marítima, a experiência da OTAN na gestão de crises e a importância de trabalhar com parceiros de todo o mundo, levaram a organização, durante a cimeira de Lisboa, a reavaliar e assinar uma nova postura estratégica. Em 2011 a AMS foi uma evolução natural, pois delineava claramente a contribuição das forças marítimas para a segurança da aliança. No entanto, a estratégia outrora delineada não reage ao ambiente de segurança dramaticamente alterado desde 2011, o que perspectiva, na opinião de certos analistas (Horrell, et al., 2016), a necessidade de um novo conceito estratégico adaptado e contextualizado à realidade prevalecente. A OTAN enfrenta um novo ambiente de segurança despoletado pelo fracasso dos Estados no Norte de África e no Médio Oriente, tendo desencadeado um extremismo violento, os refugiados e a instabilidade. A nova realidade da defesa apresenta à Aliança, aos seus países membros e aos seus parceiros um amplo espectro de desafios, particularmente evidentes quando se manifestam nos domínios marítimos e fronteiras da Europa. Este novo ambiente de segurança no mar é especialmente desafiador para uma organização que tem focado, nos últimos dez anos, esforços a operações expedicionárias e gestão de crises (Simões, 2017).

Com o propósito de identificar linhas de ação que permitam combater a insegurança existente na periferia da OTAN e em torno dela, foi com grande expectativa que se desenrolou em Varsóvia, de oito a nove de julho de 2016, mais uma cimeira da OTAN, reunindo os Chefes de Estado e de Governo dos vinte e oito aliados e do Montenegro. O desenrolar da crise na Ucrânia, tema já abordado na cimeira de Gales em 2014, levou a pensar que Varsóvia se encaminhava para ser a cimeira anti Rússia, mas isso acabou por não se confirmar. Na cimeira, as nações aliadas esforçam-se por implementar medidas que deem resposta aos dois flancos de ameaça prevalecente no Mediterrâneo. A ameaça do



flanco leste representada pela política externa russa na Europa Oriental e no flanco Sul às ações terroristas, migrações em massa e aos refugiados (Argano, 2016). Sob pena de se tornar menos relevante como ator global e de perder flexibilidade para responder aos desafios multifacetados do mundo real, de acordo com Monteiro e Pinto (2016, p. 4), a Aliança não se deve focar numa só área geográfica ou numa única ameaça, tendo salientando as principais decisões da cimeira centradas em torno de dois grandes pilares: dissuasão e defesa; projeção de estabilidade.

Com o mote “*Modern challenges require a modern Alliance...*” (NATO, 2016, p. 02), melhorar o MSA aponta-se como uma implementação imprescindível no quadro de adaptação da OTAN aos desafios e ameaças provenientes do sul. As diretrizes da organização para que as nações cumpram o compromisso de atingir orçamentos de defesa da ordem dos 2% permanecem válidas, assim como a diretriz para despesas em equipamentos, pesquisa e desenvolvimento de 20% dos gastos com a defesa.

Atualmente, a intensificação dos conflitos no Médio Oriente e Norte de África, é a maior causa da crise de refugiados e migrantes para a Europa desde a 2GM, assim como os brutais ataques do autodenominado Estado Islâmico em vários Países Aliados.

Desde fevereiro 2016, tendo por base um pedido conjunto da Alemanha, da Grécia e da Turquia na reunião de Ministros da Defesa em Bruxelas, a OTAN prometeu expandir a sua presença na Europa Oriental (M. Zhukov, 2016).

Mais vocacionado para superar desafios oriundos do arco de instabilidade a sul, ampliou-se um conjunto de iniciativas no âmbito das tarefas essenciais de gestão de crises e segurança cooperativa de onde se salienta o lançamento da OSG, em resultado da transição da OAE, de Art.5º, para uma operação de segurança marítima e apoio complementar às atividades da UE no Mediterrâneo Central, em três vertentes interligadas: apoiar a Operação SOPHIA no combate ao tráfico ilegal de pessoas; preparar para responder a um eventual pedido de assistência da Líbia para capacitação da sua Guarda Costeira e contribuir para a implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 2292¹⁶ sobre o embargo de armas à Líbia (Pinto, 2017). De acordo com Arroiteia (2017), o esforço da OTAN, para interligação com a União Europeia, explícito na última cimeira, vem certamente fortalecer a cooperação e relação entre as duas organizações.

¹⁶ Resolução adotada pelo Conselho de segurança das Nações Unidas, a 14 de junho de 2016



Para Simões (2017), a cimeira de Varsóvia não só ajustou as prioridades da OTAN como organização, como também incluiu propostas e preocupações, reiteradas pelas diferentes nações aliadas, em relação às ameaças na periferia sul da Europa.

É assim notória a abordagem salientada quanto à crise humanitária e, a forma como a organização tem de se adaptar para fazer face aos desafios e necessidades provenientes dos diferentes Estados da aliança.

3.2. Análise SWOT para uma MSO atual, no Mediterrâneo

Para reiterar a validação da H03 foram relacionadas, tendo por base a moldura estratégica atual, as Potencialidades e Vulnerabilidades internas com as Oportunidades e Ameaças externas no Mediterrâneo. Recorrendo ao modelo SWOT de *Pearce & Robinson*, desenvolveu-se um modelo de reflexão para as estratégias genéricas, de uma operação, em função da caracterização do ambiente.

Se analisado numa vertente holística, na OTAN, existem certamente muitos mais fatores nos ambientes interno e externo com impacto para a estratégias genérica. Todavia, sendo as MSO o objeto de estudo, serão apenas elencados cinco fatores em cada quadrante. Nesta ótica recorreu-se aos dados qualitativos da investigação, tendo sido selecionados os fatores com maior relevância e potencial para influenciar a formulação estratégica.

Na atual conjuntura, a matriz SWOT na Tabela 2, permitiu identificar e confirmar sete objetivos concorrentes com a estratégia da OTAN que poderão potencializar as MSO e o seu papel na fronteira sul da Europa.

De acordo com o modelo, a estratégia recomendada resulta do quadrante em que a organização se encontra posicionada na grelha. Os objetivos, concorrentes, deduzidos respeitam e correlacionam o quadrante de fatores em que se enquadram, entenda-se: (i) Potencialidades e Oportunidades (*Strengths & Opportunities* - SO) – Como usar os nossos fortes para aproveitar as oportunidades; (ii) Vulnerabilidades e Oportunidades (*Weaknesses & Opportunities* - WO) – Como ultrapassar as nossas fraquezas aproveitando as oportunidades; (iii) Potencialidades e Ameaças (*Strengths & Threats* - ST) – Como contornar as ameaças usando os nossos pontos fortes e (iv) Vulnerabilidades e Ameaças (*Weaknesses & Threats* - WT) – Como minimizar os nossos pontos fracos e evitar as ameaças.



Tabela 2 – Análise SWOT

		AMBIENTE INTERNO	
		PONTECIALIDADES (Strengths)	VULNERABILIDADES (Weaknesses)
		S1. Flexibilidade do poder Naval; S2. Interoperabilidade (Doutrina, TTP's); S3. Proficiência em Operações Convencionais; S4. Agilidade nas "Focused Operations" ¹⁷ ; S5. Regras de Empenhamento Robustas.	W1. Taxa de Esforço requerida VS Disponibilidade de meios; W2. Incompreensão legal; W3. Pouco investimento das Nações no orçamento para a defesa; W4. Permeabilidade das Fronteiras; W5. Ciberdefesa.
		DESENVOLVIMENTO	FOCALIZAÇÃO
OPORTUNIDADES (Opportunities)	O1. Preservação das SLOC's; O2. Estreitar relacionamentos e articulação de esforços com outras organizações; O3. Intensificar a cooperação com os países do Norte de Africa "Capacity Building"; O4. Empenhamento e visibilidade da OTAN; O5. Dinamismo das Capacidades.	SO (S2, S4, S5 / O1, O4) CONSOLIDAR a presença e papel da OTAN na política externa da Europa; SO (S1, S3 / O2, O3, O5) DINAMIZAR capacidades dos países do Sul (do Mediterrâneo).	WO (W2, W4, W5 / O3, O4) POTENCIAR políticas de cooperação com os Estados norte africanos; WO (W1, W3 / O1, O2, O5) FOMENTAR o emprego combinado.
AMEAÇAS (Threats)		MODALIZAÇÃO	PROTEÇÃO
	T1. Vastidão das áreas; T2. Ambiente Político/Social nas regiões Norte Africanas; T3. Elevado número de atores; T4. Ameaças não conhecidas; T5. Demonstração de força (Russa).	ST (S1, S2, S4 / T1, T3) OTIMIZAR a capacidade MSA, no Mediterrâneo; ST (S3, S5 / T2, T4, T5) INCREMENTAR a interoperabilidade entre o Norte e o Sul (do Mediterrâneo).	WT (W1, W2, W3, W4, W5 / T1, T2, T3, T4, T5) PROMOVER a cooperação INTRA e INTER regional.

Fonte: autor, 2017

A quadrícula SO, assenta no desenvolvimento duas linhas de ação: consolidar a presença e papel da OTAN na política externa da Europa, que está em linha com as orientações da última cimeira em Varsóvia; dinamizar capacidades dos países do Sul (do Mediterrâneo), o que reforça o papel da OTAN no âmbito da tarefa *Capacity Building*, envolvendo autoridades militares e não militares, permitindo apoiar o desenvolvimento da capacidade de segurança marítima, como parte de uma abordagem abrangente da comunidade Internacional.

Na quadrícula WO, onde se pretende focalizar duas linhas de ação: potenciar políticas de cooperação com os Estados norte africanos, indo de encontro ao conceito CA, fomentando atividades de apoio à manutenção de segurança, incluindo o intercâmbio de

¹⁷ Segundo Miranda (2017), são operações focadas numa tarefa particular, estabelecida no espaço e no tempo, que quando alcançada contribui largamente para o cumprimento da missão.



informações e, se necessário, a coordenação e cooperação com diversos atores; fomentar o emprego combinado, no âmbito da interoperabilidade complementando as atividades da UE no Mediterrâneo acordo orientação de *Proactive Approach*, por forma identificar ameaças emergentes no mar.

A quadrícula ST, a génese de qualquer MSO aparece como linha de ação a modelar: otimizar a capacidade MSA, no Mediterrâneo, assumindo-se como um esforço primordial e permanente e; incrementar a interoperabilidade entre o Norte e o Sul, do Mediterrâneo, como abordagem fundamental para a segurança marítima na área.

A quadrícula WT, apresenta-se como o maior desafio, que à primeira vista poderá fugir da exclusiva abrangência da operação, mas onde as linhas de ação anteriores quando conjugadas, com esforços no âmbito da política externa, ganham preponderância: promover a cooperação INTRA e INTER regional.

O desenvolvimento de capacidades tem sempre um processo de transformação, aprendizagem e mudança, vinculado, associado ao qual, se devidamente acompanhado, poderá trazer enormes benefícios durante o próprio desenvolvimento da capacidade (Helfat, et al., 2007). Se tomado em conta o entendimento de capacidade militar como “... *o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade.*”¹⁸ e transposto para o conceito MSO é possível aliar dinâmica aos pilares que constituem uma capacidade. A título de exemplo o elemento Interoperabilidade em sinergia com a Política, coordenação organizacional e integração tecnológica ou o elemento Doutrina que pressupõe a definição de administração das técnicas, táticas e procedimentos, dos processos de integração e dos planos de emprego, possibilita ao conceito MSO prosperar, executando uma determinada tarefa ou atividade, quando confrontado com condições de mudança (Simões, 2017). Acordo Winter (2003 cit. por Helfat, 2007, p.1), uma capacidade dinâmica é a aptidão de uma organização criar, expandir ou modificar propositadamente a sua base de recursos.

¹⁸ Despacho nº 11400/2014, de 11 de setembro do Ministério da Defesa Nacional, publicado em Diário da República, II série



4. O Estudo de Caso - Operação *Sea Guardian*

Neste capítulo, procuramos analisar a OSG como Estudo de Caso, para o efeito, teremos em consideração a sua génese e o seu propósito como resposta à emergência das ameaças transnacionais no Mediterrâneo, por forma a reiterar a validação da H03.

4.1. A Operação *Sea Guardian*

No âmbito MSO, a OTAN procura conduzir esta tipologia de operações em dois planos, um primeiro focado nas ações de vigilância e patrulha fora de águas territoriais, com a partilha de informações recolhidas, em apoio à aplicabilidade da lei na área do Tratado do Atlântico Norte, e num segundo plano, quando aprovado pelo NAC, a parametrização de uma operação específica e dedicada seja dentro ou além da área do Tratado. Neste último caso perpetuam as tarefas adicionais de segurança marítima, além da vigilância e patrulha, já mencionadas no capítulo 1.

Desde 2014 que a OTAN vem contemplando, de acordo com Pinto¹⁹ (2017), seis iniciativas no seu esforço para a operacionalização da AMS, são elas: Operacionalização do Conceito “*Follow On Forces*”; Reforço das parcerias com parceiros e não parceiros da OTAN; Reforço das parcerias e cooperação com a UE; Adaptação e transformação das operações marítimas da Aliança; Reforço do Treino das Forças Navais Permanentes (FNP²⁰) e principalmente, devido às dificuldades na geração de forças gerado pelo constante empenhamento em períodos prolongados na OAE, a Revigoração das FNP que, fomentou o debate e análise de alternativas por forma a proceder à transformação da OAE. Na sequência da elaboração do *Periodic Mission Review* (PMR) da OAE (NATO, 2014), o SHAPE propôs equacionar a missão desta operação, uma vez que o esforço da missão no combate ao terrorismo tem vindo a ser substituído por atividades e tarefas MSO e, por forma a alcançar concorrentialmente os seguintes objetivos: (i) combater a ameaça terrorista; (ii) oferecer suporte às nações regionais e atingir de uma forma mais vasta os objetivos no âmbito MSO e por fim (iii) melhorar a integração das nações parceiras da OTAN (CEMGFA, 2016). Este foi, segundo Arroiteia (2017), o ponto de transição que assinalou a ponderação da OAE para uma *Non-Article 5 Maritime Security Operation* (NA5MSO), com o nome *Non-Article 5 Operation Active Endeavour* (NA5OAE). Para Silva Pinto (2017) a justificação desta análise é tripartida. Por um lado, a Alemanha

¹⁹ Sérgio Carrilho da Silva Pinto, Capitão-de-fragata, foi Conselheiro do Embaixador de Portugal junto da NATO (2013 e 2016) onde, entre outros pelouros, representou Portugal nos Comitês de Política de Operações, Gestão de Crises, Política de Planeamento de Defesa, Segurança Cooperativa e Comando e Controlo.

²⁰ Forças Navais Permanentes da OTAN



incentivava a transição para uma NA5MSO, uma vez que, no seu quadro legal tinha dificuldades em alocar forças militares no âmbito Art.5º, e os EUA que se mostravam relutantes uma vez terem sido a nação gêmea que levou à origem da OAE, no após 9/11, tendo, no entanto, admitindo fazê-lo, caso o mandato da operação vertesse todas as tarefas do conceito MSO autorizadas ao SACEUR²¹, além das três permanentes: (i) *Support MCT*²² combatendo qualquer ameaça terrorista, na JOA²³, o que envolverá o planeamento de uma série de operações para dissuadir, interromper, defender e proteger ações terroristas no mar; (ii) *Support MSA*, incrementando a partilha de informação entre aliados e as agências civis e (iii) *Contribute to regional Maritime; Security Capacity Building*, através de ações e partilha de informações com outros atores, militares, civis ou autoridades que incrementem o nível de informação e tempo de reação das unidades no mar. Imposição que França refutou alegando não existir essa justificação sem uma avaliação prévia, da ameaça, por parte do NAC. Na génese desta discussão foram edificados os alicerces do que viria a ser uma nova operação.

Por ocasião da Cimeira de Varsóvia, os chefes de estado e de Governo aprovaram a *Operation Plan (OPLAN)* estratégica da nova operação. Na transição da OAE, as MSO no Mediterrâneo evoluíram para a OSG, com a promulgação da ACTORD²⁴ do SHAPE a nove de novembro de 2016, tendo sido herdadas as três tarefas permanentes. Esta solução encontrada marca individualidade e exclusividade da OSG em relação a qualquer outra operação, uma vez que contempla três tarefas permanentes autorizadas para execução ao nível do SACEUR e, outras quatro, mediante aprovação do NAC, são elas: (i) *Uphold Freedom of Navigation*, incluindo ações de vigilância, interdição, patrulha, operações especiais, aplicabilidade da lei no mar e, quando autorizado, o uso da força; (ii) *Maritime Interdiction*, quando autorizado, para ações de resposta rápida, está equacionado a utilização de equipas de forças especiais e especialistas em armas químicas, radiológicas e nucleares (CBRN²⁵) para fiscalizar navios suspeitos; (iii) *Fight Proliferation of WMD*, envolvendo a capacidade de localizar, identificar, proteger e salvaguardar material CBRN no mar e (iv) *Protect Critical Infrastructure (CI)*, caso direcionado pelo NAC, está previsto o planeamento de ações que visem proteger infraestruturas críticas em ambiente marítimo ou o controlo de pontos focais (M. Zhukov, 2016). A OSG assume assim um

²¹ *Supreme Allied Commander Europe*

²² *Maritime Counter-Terrorism*

²³ *Joint Operations Area*

²⁴ *Activation Order*

²⁵ *Chemical, biological, radiological and nuclear*



cariz flexível, incluindo as sete tarefas operacionais de segurança marítima acordadas na Figura 1.

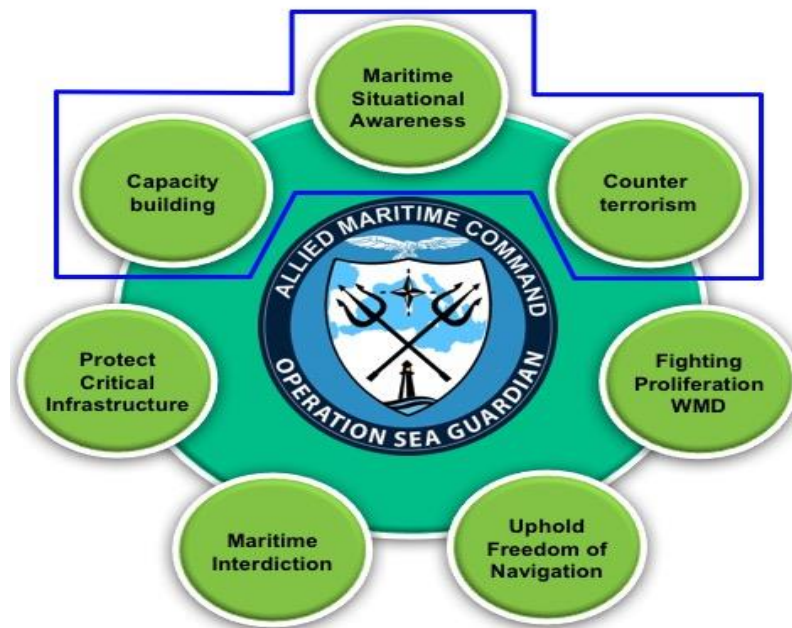


Figura 1 – Tarefas MSO

Fonte: Autor, 2017

Tendo por base a AMS, através da OSG, a OTAN cumpre, com estas tarefas, os quatro papéis descritos na estratégia: *deterrence and collective defence; crises management; cooperative security; maritime security*.

Concorrente com o segundo objetivo do SHAPE aquando do PMR 2014, esta operação manterá um enfoque primário no Mediterrâneo, podendo ser estendida para outras áreas em caso de necessidade (Pinto, 2017, p. 43) como resposta a uma crise numa diferente região. A missão estabelecida para a operação tem larga incidência no MSA, numa área de grande tensão, complexidade e que se apresenta muito crítica para a Aliança, perspetivando um esforço contínuo da OTAN através da OSG. Assim é previsível que se mantenha o esforço cooperativo desta nova operação, conferindo proteção e segurança no flanco sul da Aliança.

Apesar de potencialmente a Rússia ser a maior ameaça aos interesses da OTAN, as ameaças transnacionais apresentam-se como o foco mais provável a sul, sendo este o maior desafio que se coloca à Aliança (M. Zhukov, 2016). Neste sentido e, dada a variedade de atores e abrangência da área de interesse, a operação encontra-se centralizada no MARCOM com o controlo operacional em *Northwood*, responsável pela partilha e gestão das informações no Mediterrâneo, com atribuição periódica de meios em *Focused*



Operations (FOCOPS), ou seja, missões parametrizadas no espaço e no tempo tendo sido caracterizado, segundo Miranda (2017), como esforço primordial a identificação dos padrões de atividade mercante, piscatória assim como atividades ilícitas que possam servir de suporte ao terrorismo transnacional, ou seja, contribuindo para o MSA e combate ao terrorismo. A periodicidade das FOCOPS, pressupõe um processo e ciclo de planeamento que culmina com o empenhamento de meios navais, aéreos ou submarinos em áreas dedicadas, num período dedicado, com vista a atingir objetivos dedicados. Segundo Agreiro (2017), com o propósito de adquirir informações relacionadas com o ambiente operacional, bem como aumentar a visibilidade e presença da OTAN, construindo confiança entre os marinheiros locais, este esforço é materializado por ações MSA *Approach* (MSAA) (MARCOM, 2015), refletindo um cariz fundamental desta operação, a vertente proativa.

Na perspetiva do CA (NATO, 2011), na OSG, os esforços MSA reúnem a vontade política, estratégica e operacional num empenho que se perspetiva constante e dinâmico com nações aliadas, parceiros e organizações relevantes. A OSG tem como objetivo, contribuir para uma consciencialização e monitorização abrangente das atividades diárias no Mediterrâneo o que quando atingida e mantida materializa o estado final desejado da operação (Pinto, 2017).

Para execução da missão foram enumeradas sete orientações principais: (i) manter o esforço MSA em todo o espectro de ameaças; (ii) dissuadir e combater a ameaça terrorista e todas as atividades relacionadas e, ou, associadas; (iii) contribuir para a edificação de segurança marítima regional; (iv) estar preparado para, à ordem do NAC, executar outras tarefas MSO; (v) manter uma postura de dissuasão credível às atividades criminais transnacionais; (vi) facilitar a interação e cooperação, nos diversos níveis, com os atores relevantes, regionais e internacionais, no desenvolvimento de uma rede de partilha de informação para o cumprimento da missão e dos interesses da OTAN; (vii) maximizar as oportunidades de treino da OTAN, integrando treinos dedicados às tarefas MSO incluindo capacidades SOF²⁶ (Miranda, 2017).

²⁶ *Special Operations Force*



Conclusões

Atendendo à evolução do contexto internacional, ao número de atores, vastidão das áreas e desterritorialização das ameaças, concluímos que as MSO têm acompanhado essa evolução e são essenciais para combater as ameaças transnacionais no mar.

Numa realidade onde o choque de interesses não leva necessariamente ao confronto armado, a utilização de meios militares convencionais apresenta-se como a melhor opção, visto acumularem capacidades que lhes permitem ser empregues em áreas críticas, onde o confronto com a aplicabilidade da lei e legitimidade de ação merecem consideração a cada passo de numa operação.

A presente investigação assenta em três vertentes de abordagem. A primeira, dedicada à perceção e consciencialização do mundo em que vivemos, foi desenvolvida no Capítulo 1, por forma a respondermos à QD01, validando a H01. A segunda, dedicada à caracterização das ameaças transnacionais, desenvolvida no Capítulo 2, por forma a respondermos à QD02, validando a H02. A terceira vertente, dedicada ao estudo de caso de uma operação de segurança marítima real, desenvolvida nos Capítulos 3 e 4, por forma a respondermos à QD03, validando a H03.

Assim, no primeiro Capítulo, concluímos que a conjuntura global prevalecente tem fomentado de forma exponencial uma pluralidade de ameaças sem precedentes, estimulando a responsabilidade de proteção dos Estados na necessidade de fundir a sua segurança interna e externa numa ação consertada. Ao mesmo tempo que a própria perceção do conceito de segurança se alargou a novas dimensões e atende a novas considerações, as ameaças em ambiente marítimo evoluíram para uma natureza difusa e polimorfa com carácter desterritorializado, assimétrico, transnacional e global, tendo os atuais vetores políticos, económicos e mediáticos se tornado permeáveis à propagação das ameaças transnacionais, tendo inflacionado e obrigando a soluções de ordem holística para questões da segurança marítima.

Tomado como referência a OTAN, no Capítulo 1, enquadrado na perceção atual de segurança, analisámos a evolução, origem e o emprego das MSO, concluímos que o termo segurança marítima apresenta-se como um conceito relativamente recente e atual, uma vez que se tornou omnipresente na formulação de políticas contemporâneas e que deve ser encarado ao nível da segurança individual, nacional e internacional.

A génese das MSO remontam ao pós-Guerra Fria, no entanto, desde 2001, têm sido empregues e desenvolvidos esforços nos focos das ameaças, chamando atenção para os



novos desafios e apoiando a azáfama para os resolver. Fruto do ambiente de segurança geopolítico, a OTAN adotou, desde 2011, um conceito dinâmico com requisitos no âmbito da cooperação e interoperabilidade. Presente o que precede, consideramos reunidos elementos suficientes que nos permitem validar a H01 e, conseqüentemente respondido à QD01.

No segundo Capítulo, aproveitando a atual conjuntura no Mediterrâneo, foram enumeradas, as ameaças transnacionais e as conseqüentes reverberações nos Instrumentos de Poder Político e Económico. Caracterizado como um espaço de manobra com pouco controlo, o contexto geoestratégico prevalecente apresenta-se como a porta para o desenvolvimento de ameaças, não estatais, com expressão desterritorializada, transnacional e com impacto global. O CEDN 2013 elenca como ameaças globais o terrorismo, a proliferação de ADM, a criminalidade transnacional organizada, a cibercriminalidade e a pirataria. Por outro lado, a migração irregular, corrente de exploração por parte de organizações criminosas, fomenta, na UE, reações e políticas potenciadoras de clivagem social, influenciando os instrumentos de poder, político e económico, levantando problemas críticos na segurança e estabilidade. Assim, consideramos reunidos elementos suficientes que nos permitem validar a H02 e, conseqüentemente respondido à QD02.

No terceiro Capítulo, identificamos, através da análise SWOT e validação, com o “Estudo de Caso”, as linhas estratégicas que poderão ser adotadas para a segurança marítima no Mediterrâneo. Como organização que fomenta a cooperação e a segurança, atuando nos instrumentos Político, Diplomático e Militar, a OTAN assume uma posição privilegiada, reunindo aliados europeus e norte americanos para, no atual contexto globalizado e de interligação entre acontecimentos, estudar e debater os problemas que afetam a segurança no mar. O lançamento da OSG, com natureza de MSO, salienta a versatilidade deste conceito face aos desafios e às necessidades provenientes dos diferentes Aliados. As valências das tarefas MSO apresentam-se como a estratégia de resposta e comprometimento da OTAN para proteção das linhas de comunicação marítimas e liberdade de navegação no Mediterrâneo. Sendo a consciência situacional marítima contínua, na fronteira sul da Aliança, uma capacidade imprescindível para a concretização dos objetivos de segurança marítima na área, as orientações para articulação de esforços nas parcerias, cooperação e partilha de informação ganham preponderância. Assim consideramos reunidos elementos suficientes que permitem validar a H3 e, conseqüentemente respondido à QD03.



Com a análise da OSG reiteramos a validação da H03. Concluimos que os objetivos da sua génese se encontram alinhados com as diretrizes da AMS e que a natureza e quadro legal da operação supera as dificuldades das nações para o processo de geração de força e que está alinhada com as tarefas do conceito MSO. As tarefas permanentes são coerentes com a estratégia da análise SWOT e, a possibilidade de ativar tarefas suplementares garante a flexibilidade e versatilidade de ação no Mediterrâneo. No combate às ameaças transnacionais, o esforço MSA, na proteção do flanco sul da Europa, demonstra-se como primordial e fundamental para o desenvolvimento da MSO e o sucesso da mesma. Resumindo, o conceito MSO apresenta-se como resposta às ameaças e desafios que se colocam à segurança marítima e, a OSG materializa-se como modelo recente desta estratégia para a área do Mediterrâneo.

Só no cruzamento destas três vertentes, analisadas nos respetivos Capítulos e devidamente alinhadas com as QD, foi possível reunir elementos suficientes que nos permitem responder à QC - “De que forma têm evoluído as operações de segurança marítima para fazer face às ameaças transnacionais?”. Assim, como resposta a esta questão, podemos afirmar que, tendo catalisado o desenvolvimento da capacidade MSA, as MSO têm-se desenvolvido como resposta à evolução do contexto internacional, o que lhes permitiu transitar de uma génese de rótulo reativo para uma ação preventiva com estrutura edificada, coerente com as necessidades e capacidades das nações aliadas. Aliada a uma flexibilidade e dinâmica que permite o emprego de meios no âmbito das necessidades geográficas e interesses internacionais, as MSO, quando suportadas por MSA, apresentam-se como a resposta fiável no combate às ameaças transnacionais no mar.

Futuras linhas de investigação

Dada a abrangência do tópico em investigação, o estudo deste trabalho foi limitado à área do Mediterrâneo, onde uma multiplicidade de atores e esforços de várias organizações coexiste, muitas vezes com objetivos sobrepostos o que salientou interesse e identificação de lacunas que se torna necessário colmatar. Neste sentido, sugerem-se como possíveis temas para futuros trabalhos de investigação:

- (i) Analisar o impacto das políticas externas da UE no âmbito das operações de segurança marítima;
- (ii) Analisar o contributo da OAE no combate ao terrorismo;
- (iii) Avaliar se as MigSO se constituem como a oitava tarefa no conceito MSO.



Bibliografia

Obras Literárias, Artigos de Periódico, Teses e Dissertações:

- Cajarabille, V. L., Correia, A. N., Monteiro, N. S, Guedes, H. P., Gouveia, J. V., Diogo, L. C., Pereira, L. S., Pedra, J. R., Mirones, J. V., Marques, A. G., Correia, A. D., Guerreiro, R. C., Mourinha, A. A., Semedo, A. M., Brito, V. G., Soares, C. V e Neto, J. P., 2012. *A Segurança no Mar: Uma visão holística*. Lisboa: Mare Liberum.
- Freixo, M. J. V., 2012. *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 4ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- Garcia, F. P., 2006. As Ameaças transnacionais e a segurança dos Estados. *Negócios Estrangeiros*, 9.1, 339-374.
- Gaspar, C., 2016. *O Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Tinta da China.
- Germond, B., 2014. The geopolitical dimension of maritime security. *Marine Policy*, 54, 137-142.
- Helfat, C., Finkelstein, S., Mitchell, W., Peteraf, M., Singh, H., Teece, D e Winter, S., 2007. *Dynamic Capabilities: Understanding Strategic Change in Organizations*. Oxford: Blackwell.
- Instituto da Defesa Nacional, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013: Contributos e Debate Público*. Lisboa: INCM.
- Kraska, J e Pedrozo, R., 2013. *International Maritime Security Law*. Boston: Martinus nijhoff Publishers.
- Lemos, C. O e Eugénio, A. B., 2011. Uma Reflexão sobre o Novo Conceito Estratégico da NATO. *Boletim: Ensino, Investigação*, 11, 55-79.
- Marques, A. G., 2013. Cibersegurança e Conhecimento Situacional Marítimo. *Revista da Armada*, 472, 13-15.
- Monteiro, N. S., 2011. Conceito Estratégico de Lisboa: A queda de um Mito. *Revista da Armada*, 449, 8.
- Monteiro, N. S e Pinto, S., 2016. Cimeira de Varsóvia: Em busca dos 360°. *Revista da Armada*, 511, 4-5.



- Pereira, A. M., 2014. As Ameaças Transnacionais e a Segurança Interna. *Revista de Ciências Militares*, II, 307-321.
- Pereira, L. S., 2010. *Maritime Situational Awareness: Portugal e o Efetivo Controlo do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente em Ambiente Marítimo tendo em conta as novas soluções preconizadas no Conceito MSA*. Trabalho de Investigação Individual do CPOG. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Pinto, S. S., 2017. Varsóvia: a Cimeira em busca dos 360°. *Segurança e Defesa*, janeiro, 34, 41-45.
- Popper, K., 2006. *A Lógica da Pesquisa Científica*. 12ª edição ed. São Paulo: Cultrix.
- Rahman, C., 2009. *Concepts of Maritime Security: A strategic perspective on alternative visions for good order and security at sea*. Wellington: Victoria University of Wellington.
- Simon, D., Routledge, P e Tuathail, G. Ó., 2003. *The Geopolitics Reader*. London: Taylor & Francis Group.
- Steele, R. D., 2002. *The New Craft of Intelligence: Achieving Asymmetric Advantage in the Face of Nontraditional Threats*. Carlisle: U.S. Army War College.
- Teece, D. J., 2009. *Dynamic Capabilities and Strategic Management*. Oxford: Oxford University Press.
- Till, G., 2013. *Seapower: A guide for the twenty-first century*. Third Edition. Manchester: Routledge.



Documentos oficiais:

- CEMGFA, 2016. *Diretiva Operacional 058: Operação Sea Guardian*. Lisboa: EMGFA.
- Governo de Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Conselho de Ministros.
- Governo de Portugal, 2013. *Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Assembleia da República.
- IESM, 2015. *Regras de Apresentação e Referenciação Para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM*. NEP / ACA – 018. Pedroços: EMGFA.
- IESM, 2015. *Trabalhos de Investigação*. NEP / ACA – 010. Pedroços: EMGFA.
- MARCOM, 2014. *MARCOM Operational Guidance 01: Guidance Regarding NATO SHIPS Encountering Vessels Carrying Migrants*. Northwood Headquarters: NATO.
- MARCOM, 2014. *MARCOM Operational Guidance 02: Guidance on Combating Trafficking at Sea*. Northwood Headquarters: NATO.
- MARCOM, 2014. *MARCOM Operational Guidance 03: Guidance Regarding Detention Onboard NATO Ships*. Northwood Headquarters: NATO.
- MARCOM, 2015. *MARCOM Operational Guidance 06: Maritime Situational awareness Approach (MSAA) Direction and Guidance*. Northwood Headquarters: NATO.
- Marinha Portuguesa, 2012. *IOA 114: Conceito de Conhecimento Situacional Marítimo*. Lisboa: Marinha.
- MCMSB, 2016. *Maritime Operations Working Group 2016*. Harbiye Military Museum, 19-29 de janeiro de 2016. Istanbul: NSO.
- Conselho de Chefes de Estado Maior, 2014. *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: MDN.
- Ministry of Defence, 2011. Joint Doctrine Publication 0-10: *British Maritime Doctrine*. fourth edition. Shrivenham: Ministry of Defence.
- NATO, 2008. *MCM 0140: NATO Concept for Maritime Situational awareness*. s.l.: North Atlantic Military Committee.
- NATO, 2011. *Implementation of the Comprehensive Approach Action Plan and the Lisbon Summit Decisions on the Comprehensive Approach*. s.l.: Deputy Secretary General



NATO, 2011. *MC 0588: MC Concept for NATO Maritime Security Operations (MSO)*. s.l.: North Atlantic Military Committee.

NATO, 2014. *Maritime Situational Awareness Concept - Close Out Report*. s.l.: NATO.

NATO, 2014. *Operation ACTIVE ENDEAVOUR: Periodic Mission Review*. s.l.: Operations Policy Committee.

NATO, 2016. *AAP 06: NATO Glossary of Terms and Definitions*. s.l.: NSO

NATO, 2016. *AJP 3.1: Allied Joint Maritime Operations*. Edition A Version 1: NSO.

NATO, 2017. *AJP-01: Allied joint Doctrine*. Edition E Version 1: NSO.

SHAPE, 2013. *Allied Command Operations Comprehensive Operations Planning Directive*. COPD INTERIM V2.0. Belgium: NATO.



Fontes provenientes da Internet:

- Argano, M. E., 2016. A Stronger NATO means a stronger Europe. sea Guardian and Operation Sophia together. Eulogos, [Em linha] Disponível em: <https://eulogos.blogactiv.eu/2016/11/15/a-stronger-nato-means-a-stronger-europe-sea-guardian-and-operation-sophia-together/>, [Acedido em 18 november 2016].
- Arruda, C. M., Prata, B. A. e Moreira, C. A. L., 2007. *O mito da Globalização no cenário industrial mundial e seus impactos na economia do Brasil*. [Em linha] Foz do Iguassu: ENEGEP. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2007_TR630473_9058.pdf, [Acedido em 12 dezembro 2016].
- Bueger, C., 2015. What is Maritime Security?. [Em linha] Wales: Cardiff University. Disponível em: <http://bueger.info/wp-content/uploads/2014/12/Bueger-2014-What-is-Maritime-Security-final.pdf>, [Acedido em 19 dezembro 2016].
- Carvalho, V. d., 1982. O Poder Marítimo. [Em linha] Lisboa: Nação e Defesa. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2823/1/NeD24_VirgiliodeCarvalho.pdf, [Acedido em 18 fevereiro 2017].
- Castro, T., 2012. *Teoria das Relações Internacionais*. [Em linha] Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf, [Acedido em 7 janeiro 2017].
- Chivvis, C. S., 2016. NATO's Southern Exposure: The Real Threats to Europe, and to the Alliance. *Foreign Affairs* [Em linha] 95. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/>, [Acedido em 29 dezembro 2016].
- Greene, M e Kelemen, R. D., 2016. Europe's Failed Refugee Policy: The Crisis in the Mediterranean Continues. *Foreign Affairs* [Em linha] 95. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/>, [Acedido em 29 dezembro 2017].
- Grygiel, J., 2016. The Return of Europe's Nation-States: The Upside to the EU's Crisis. *Foreign Affairs* [Em linha] 95. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/>, [Acedido em 29 dezembro 2016].
- HM Government, 2015. *National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015: A Secure and Prosperous United Kingdom*. [Em linha]. Disponível



em:

[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/478936/52309 Cm 9161 NSS SD Review PRINT only.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/478936/52309_Cm_9161_NSS_SD_Review_PRINT_only.pdf), [Acedido em 02 abril 2017].

Horrell, S., Nordenman, M e Slocombe, W. B., 2016. *Issue Brief: Updating NATO's Maritime Strategy*. [Em linha]. Disponível em: [http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Updating NATO Maritime Strategy_0705_web.pdf](http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Updating_NATO_Maritime_Strategy_0705_web.pdf), [Acedido em 04 abril 2017].

M. Zhukov, Y., 2016. NATO's Mediterranean Mission: What the Alliance is Doing in the aegean sea. *Foreign Affairs* [Em linha] 95. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/>, [Acedido em 22 dezembro 2017].

MARCOM, 2016. *Operation Sea Guardian*. [Em linha] Disponível em: <http://www.mc.nato.int/missions/operation-sea-guardian.aspx>, [Acedido em 20 janeiro 2017].

NATO, 2010. *Active Engagement, Modern Defence: Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. [Em linha] Lisboa: NATO Graphics & Printing. Disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20120214_strategic-concept-2010-eng.pdf, [Acedido em 29 dezembro 2016].

NATO, 2011. *Alliance Maritime Strategy*. [Em linha] s.l.: NATO. Disponível em: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110318_alliance_maritime-strategy_CM_2011_23.pdf, [Acedido em 03 abril 2016].

NATO, 2014. *Strategic Concepts*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm, [Acedido em 05 fevereiro 2017].

NATO, 2016. *NATO Summit Guide Varsóvia: An essential Alliance in a more dangerous world*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_07/20160715_1607-Warsaw-Summit-Guide_2016_ENG.pdf, [Acedido em 11 dezembro 2016].



Teitelbaum, M. D., 2015. The Truth About the Migrant Crisis: Tragic Choices, Moral Hazards, and Potential Solutions. *Foreign Affairs* [Em linha] 94. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/>, [Acedido em 29 dezembro 2016].

Aisch, G., Pearce, A e Rousseau, B., 2017. How Far is Europe Swinging to the Right?. *The New York Times*, [Em linha]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2016/05/22/world/europe/europe-right-wing-austria-hungary.html>, [Acedido em 22 março 2017].

Zahra, T., 2017. Europe's Shifting Borders: Migration Returns to the Continent. *Foreign Affairs* [Em linha] 96. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/>, [Acedido em 12 fevereiro 2017].



Entrevistas:

- Agreiro, N. J. F., 2017. A Operação Sea Guardian [Entrevista]. Lisboa (15 maio 2017).
- Arroteia, J. D. P., 2017. As Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (22 fevereiro 2017).
- Correia, M. V. S., 2017. As Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (22 fevereiro 2017).
- Gouveia, M. F. S., 2017. As Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (27 fevereiro 2017).
- Miranda, H. A. S., 2017. A Operação Sea Guardian [Entrevista]. Lisboa (15 maio 2017).
- Pinto, S. M. R. C. S., 2017. A Operação Sea Guardian [Entrevista]. Lisboa (28 abril 2017).
- Silva, C. M. P. C. O., 2017. As Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (17 março 2017).
- Simões, P. J. G., 2017. As operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (27 fevereiro 2017).
- Sousa, J. M. N., 2017. As Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (03 abril 2017).



Apêndice A — Glossário de Conceitos

Espaço Marítimo

Para Marques (2013, p. 13) o espaço marítimo é caracterizado como complexo, com uma natureza multidimensional, designadamente a física, a virtual e a humana. “A física inclui os domínios terrestres, o marítimo que contempla a superfície e a subsuperfície, o aéreo e o espacial.”. Por não incluir a dimensão humana, o conceito OTAN afigura-se mais contextualizado com o propósito da investigação, devendo este ser entendido como o espaço que compreende “... *the oceans, seas, bays, estuaries, waterways, coastal regions and ports.*” (NATO, 2007)

Segurança Marítima

Constituindo-se como um conceito fundamental, em sentido lato pode ser entendido como “To be safe against all forms of sea-based threat (including invasion and other such hard state threats) ...” (Till, 2013, p. 25). Till colocou a sua análise dentro do conceito organizador “good order at sea”, no qual o mar, como recurso apresenta-se como um meio para intercâmbio comercial e de informação, que por sua vez como meio ambiente, inerentemente, enfrenta riscos e ameaças à boa ordem de que está consequentemente dependente o desenvolvimento humano. Para perceção, enquadramento e início desta investigação toma-se como referência o seguinte entendimento: “*the ongoing condition in the maritime environment where international and national laws are adhered to, the right of navigation is preserved, and citizens, vessels, infrastructure and resources are safe.*” (NATO, 2011, p. 04)

Poder Naval

Para entender este conceito temos de seguir as orientações de Till (2013, p. 25) e ter em conta duas vertentes. A vertente intrínseca que engloba as capacidades marítimas militares e civis que atuam sobre o mar, ou nele têm influência e, a sua vertente extrínseca que reflete as consequências na sua capacidade de influenciar o comportamento de pessoas ou eventos no, ou a partir do, mar. Para efeitos da investigação, será entendido como “*The ability to Project power at sea and from the sea to influence the behavior of people or the course of events*” (Ministry of Defence, 2011).

Poder Marítimo

A primeira teorização do domínio do mar como gerador de poder, é atribuída ao Almirante americano Alfred Thayer Mahan que o define como “... a soma de todas as forças, atores, instrumentos e circunstâncias geográficas que cooperam para conseguir o Domínio do Mar, garantir o seu uso e nega-lo ao adversário” (2003, p. 04).

De acordo com Carvalho (1982, p. 126) o Poder Marítimo de um país corresponde aos elementos do seu Poder Nacional, ou Força Total, que contribuem para a realização dos seus interesses Marítimos, reconhecendo como aspetos fundamentais para o seu desenvolvimento a Geografia, a sua configuração territorial, a Demografia, a Economia, o Carácter do povo e o Carácter do Governo. Depreende-se então, que é uma componente do poder nacional que permite aos Estados o uso do mar para a realização de objetivos



políticos. No seu sentido mais lato, o poder marítimo, é o poder militar, político e económico exercido através do mar (NSA, 2004).

Segurança Cooperativa

Como um dos pilares de segurança da OTAN, a cooperação é um veículo para credibilidade da segurança internacional, com ênfase na prevenção. Acordo Kraska e Pedrozo (Kraska & Pedrozo, 2013, p. 52), a segurança cooperativa procura prevenir conflitos através da transparência e cooperação entre Estados, fortalecendo o sentimento de confiança mútua, seja através de diplomacia, visitas de portos, exercícios e treinos combinados ou outros. Entenda-se que os elementos que tornam a segurança cooperativa uma proposição potencialmente mais praticável do que outros conceitos de segurança, são o reconhecimento do primado dos interesses do Estado e a aceitação do valor para a estabilidade regional das alianças bilaterais existentes. Entendido por Chris Rahman (2009, p. 23) como um dos conceitos mais desenvolvidos de segurança, apresenta-se também como o mais prático e estabelecido a nível internacional.

Defesa Coletiva

Com ênfase na resolução, é considerada a missão primária da aliança atlântica. Proveniente do Art.5º do tratado de Washington “... tem por finalidade garantir o envolvimento coletivo na defesa militar das nações aliadas em caso de ataque a um ou mais dos seus membros, o que pressupõe a preparação de um dispositivo de defesa credível, capaz de fazer face a ameaças convencionais ou não convencionais. De forma idêntica, deverá ser considerada a cláusula de solidariedade do Tratado de Lisboa, no que respeita à EU...” (Conceito Estratégico Militar, 2014).

Maritime Security Operations (MSO)

Conceito entendido como, “*operations conducted in co-operation with national authorities and International Organizations as appropriate, or by the Alliance alone when directed, to counter the threats, and mitigate the risks, of illegal or threatening activities, in order to help safeguard Allies’ strategic interests, security and stability by contributing to mitigating gaps in current national civilian and/or military law enforcement capacity.*” (NATO, 2011).

Maritime Situational Awareness (MSA) ou Consciência Situacional Marítima

O conceito MSA foi desenvolvido como um passo necessário para um estabelecimento mais preponderante da OTAN no reforço da segurança marítima, promovendo uma cooperação mais estreita e mais abrangente entre aliados e organizações por forma a facilitar o acesso e intercâmbio de informações. Constituindo um alicerce fundamental para a segurança marítima, para Correia (2012, p. 190) “... a criação de saber acerca do espaço de ação ou de envolvimento, que será o espaço marítimo de interesse (permanente ou conjuntural), como o objetivo de, entre outras finalidades, prever, identificar e localizar situações anómalas e assim propiciar tomada de decisões atempadas e mais informadas, que levem a que as ações subseqüentes provoquem os efeitos desejados



no tempo e na medida dos interesses de quem as toma.”. Para esta investigação será adotado o conceito OTAN entendido como “*an enabling capability which seeks to deliver the required information superiority in the maritime environment to achieve a common understanding of the maritime situation in order to increase effectiveness in the planning and conduct of operations.*” (NATO, 2007, p. 03)

Comprehensive Approach (CA)

Conceito introduzido na OTAN pela Dinamarca e estabelecido no Conceito Estratégico da Aliança em 2010 reconhece que o meio militar, por si só, não consegue resolver crises ou conflito. O sucesso e papel da aliança na preservação da paz e na prevenção da guerra depende da dissuasão, da eficácia da diplomacia preventiva e da gestão de crises. “*The political, economic, social and environmental elements of security and stability are thus taking on increasing importance*” (NSA, 2010) CA ou abordagem abrangente pode ser descrita como um meio complementar e compatível que visa melhorar a resposta a uma crise envolvendo um conjunto de atores todos eles relevantes. “*Thus, a comprehensive approach emerges through the determination of various actors to play their part to resolve a crisis.*” (SHAPE, 2013, p. 20)



Apêndice B — A Globalização

O adjetivo Mito²⁷ surge geralmente associado ao ideal de Globalização como equivalente popular do termo ideologia. “Na atual conjuntura, existe um certo modismo no uso da palavra globalização” (Arruda, et al., 2007, p. 2). Como gênese deste ideal está, o conceito de aldeia global de Herbert Marshall McLuhan²⁸.

Podemos afirmar, de acordo com Arruda (2007) que a globalização existe como “... uma tendência de internacionalização da atividade econômica, que elimina as barreiras restritivas ao livre comércio das nações. Este processo deve-se, principalmente, aos avanços tecnológicos nas áreas da informática, telecomunicações e transportes...”, e não no sentido de termos um mundo Globalizado.

De acordo com Kraska e Pedrozo (2013, p. 02), neste fenómeno é importante sublinhar as conseqüentes desvantagens, algumas delas bem presentes hoje em dia. O levantamento das barreiras existentes ao comércio e às viagens internacionais caíram, levando a uma rápida expansão da vasta rede marítima global. Assim como os fenómenos culturais, políticos e económicos que geraram a globalização e que contribuíram para a instabilidade em terra, conseqüentemente também afetaram a estabilidade e o Estado de Direito no mar.

Segundo Pereira (2012, p. 132) o domínio marítimo afigura-se como o melhor exemplo de um espaço global, onde interagem uma multiplicidade de atores, sejam eles países ou organizações onde a noção de espaço comum tem de conviver com condicionalismos legais inerentes aos conceitos de soberania, de jurisdição e outros, onde as respostas aos problemas não são únicas nem universais. Kraska e Pedrozo (2013, p. 02) complementam que as operações de segurança marítima se enquadram, na desconfortável posição, entre a aplicabilidade da lei no mar e a gênese militar naval. Assim como os esforços para garantir a segurança em terra ou no ar, também a segurança no mar requer capacidade para combater as ameaças sem prejudicar ou restringir excessivamente as atividades legítimas neste meio ambiente.

Ultimamente, as alterações registadas ao nível da geopolítica, da economia e do desenvolvimento tecnológico, quando articuladas e relacionadas com os efeitos da globalização estão, para Silva (2013, p. 213), a conduzir ao declínio do Estado-Nação assim como “... à emergência de novos atores não estatais, à transferência sem precedentes de recursos financeiros dos países consumidores para os países produtores de matérias primas...”. De acordo com Aguiar-Branco (2013) “A crise global do sistema capitalista acentua-se com a emergência de uma espécie de desordem financeira e económica global exponenciada por ameaças sem precedentes como a ameaça climática, o terrorismo, a pirataria, a proliferação nuclear, a emergência de Estados falhados, o colapso da ordem em várias partes do globo.” Pereira (2014) representa o fenómeno globalizante com uma face virada para a luz e outra virada para as trevas, identificando a luz como o ganho de possibilidades económicas, fomentadas pela liberdade das fronteiras, resultantes dos fluxos de bens, serviços, ideias e pessoas como oportunidades de comércio, contactos culturais e

²⁷ Manipulação que tem uma consciência falsa, de imagem investida da realidade

²⁸ Filósofo e teórico da comunicação canadense. Pioneiro nos estudos culturais das transformações sociais provocadas pela revolução tecnológica dos computadores e das telecomunicações.



maior qualidade de vida, e caracteriza a face das trevas como o proveito de um espaço de manobra com menor controlo para desenvolver negócios modernos e internacionais no mundo da ilegalidade e da iniquidade.



Apêndice C — A evolução e percepção de segurança

Taxativamente utilizado e conectado com diversas realidades, o conceito segurança encontra-se desvirtuado na sua essência. “O conceito de segurança, parecendo simples de entender numa primeira apreciação, atinge enormes complexidades se for aprofundado. De fato, continua por estabelecer um conceito de segurança verdadeiramente universal e abrangente.” (Cajarabille, et al., 2012, p. 23).

A propensão dúbia deste conceito tem sido crescente ao longo dos últimos anos, tendencialmente após o período da Guerra Fria. Segundo Rahman (2009, p. 03) a importância das ameaças militares convencionais, especialmente a guerra entre as superpotências, em particular os conflitos nucleares, recuou na mente de muitos analistas e políticos. As preocupações tradicionais dos estrategistas foram cada vez mais subsumidas durante a década de 1990 por uma revitalizada onda de pensamento sobre segurança nacional e internacional que tendia a enfatizar todos os tipos de desafios de segurança além da guerra convencional, particularmente as chamadas questões de segurança não tradicionais, atendendo a um vasto conjunto de fatores multidisciplinares, o que obriga a considerações de ordem política, económica, militar, psicológica, identitária, entre muitas outras, como as de cariz ambiental ou relativas ao ciberespaço.

Se hoje em dia, a segurança ao nível do indivíduo entra no campo da segurança financeira e prosperidade económica (Bueger, 2015) não pode ser encarada, a este nível, de forma isolada, devendo também ser avaliada em conjunto com a segurança a nível nacional e internacional, uma vez que segundo (Cajarabille, et al., 2012, p. 24) os três níveis interagem e dependem uns dos outros.

Este termo tornou-se omnipresente para a formulação de políticas contemporâneas, sendo a definição, por si só um desafio para o um futuro tema de trabalho de investigação, encontrando-se até, como origem de grande dilema, para muitos elementos a própria tradução dos conceitos “*Security & Safety*” para o Português. Acordo Silva (2017) ambos os conceitos, têm a mesma tradução, no dicionário Português para a palavra segurança, devendo ser entendidos, no entanto, com significados diferentes. Para Silva “*Security*” é entendido como uma ação de segurança e “*Safety*” entendido como socorro e proteção individual das pessoas contextualizado abstratamente no campo da percepção, por outro lado Garcia (2006, p. 341) de forma generalizada, resume segurança como a busca da libertação relativamente à ameaça.

Não se encontrando nos horizontes deste apêndice aprofundar este conceito, recorreremos aos estudos de Rhonda Powel (2006 cit. por Cajarabille, 2012, p.24) para elencar uma série de perguntas às quais se torna necessário responder para analisar a segurança no mar, são exemplo delas as seguintes: Segurança para quem e qual o grau de segurança requerido?; Segurança para salvaguardar o quê (valores, interesses, etc.)?; Segurança contra que ameaças?; Segurança protegida por quem?; Segurança através de que meios, com que custo e em que período de tempo?.



Apêndice D — Conceito Estratégico da OTAN

A aprovação do último conceito estratégico, o sétimo da história da OTAN, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que decorreu em Lisboa entre dezanove e vinte de novembro de 2010, foi de acordo Pinto (2017) apelidada como “...a cimeira da esperança.”.

Aliança fundada em 1949, teve o seu primeiro conceito estratégico a seis de janeiro de 1950 (NATO, 2016, p. 303), com o desígnio “*The Strategic Concept for the Defense of the north Atlantic Area*”. Contextualizado com o propósito fundador da organização. Lord Ismay, o primeiro secretário Geral da OTAN afirmou que, a aliança fora criada com o propósito de “*keep the americans in, the russians out and the germans down*”. A verdade é que, segundo Pereira (2012, p. 129), a criação da OTAN servia um propósito mais alargado, visando igualmente impedir o recrudescimento de regimes militares nacionalistas na Europa bem como promover uma maior integração política no velho continente.

O quinto conceito estratégico, designado “*The Alliance’s Strategic Concept*” de 1991, marca uma rutura com as práticas anteriores, onde não é identificado claramente um inimigo, embora mantendo a defesa coletiva como o coração da estratégia aliada, olha para uma Europa finalmente reunida e abre as portas da Aliança a todo o espaço soviético através de parcerias, diálogo e cooperação por forma a assegurar a paz e a estabilidade (NATO, 2014).

O atual conceito sucedeu ao anterior de 1999, onde se alargou o portefólio de tarefas fundamentais da Aliança, demonstrando uma adaptação e resposta flexível, onde a OTAN adotou uma nova definição de segurança, mais abrangente, onde se reconhece a importância dos fatores políticos, económicos, sociais e ambientais que agora, em 2010 (NATO, 2010), se juntam à defesa tradicional.

Como abordado no subcapítulo 1.1, o 9/11, foi um marco que espelhou as vulnerabilidades dos países aliados e teve como consequência imediata a invocação do Art. 5º do Tratado de Washington, a essência da OTAN.

Desde então, a organização tem vindo a profundar a sua teia de relacionamentos, através de parcerias diversas com Estados e com organizações internacionais, que sumariamente visam o desenvolvimento de novas relações políticas e de novas capacidades que permitam responder aos desafios no capítulo da segurança de um mundo cada vez mais global e incerto. Preocupações essas, que como não poderia deixar de ser, teriam consequências nos documentos estratégicos aliados. Uma das inovações do último conceito estratégico, foi a de estabelecer um novo racional, segundo o qual a OTAN “deixará de ser, apenas, uma organização de defesa coletiva da região euro-atlântica, para assumir, também, o encargo de promover arranjos de segurança à escala global” (Cajarabille, et al., 2012, p. 133).

Foi em 2009, no sexagésimo Aniversário da OTAN, na cimeira de Estrasburgo-Kehl que o secretário geral da organização recebeu o mandato para coordenar esforços de discussão para um novo conceito estratégico. Lemos e Eugénio (2011, p. 62), apontam o documento aprovado em 2006 designado “*Comprehensive Political Guidante*” e o agora conhecido como Relatório *Albright*, com o título “*NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement*” apresentado em dezassete de maio de 2010, como os pilares orientadores do



novo conceito. No primeiro onde são admitidos eventos imprevisíveis, de onde se exige uma faculdade de análise do ambiente geral e antecipação dos requisitos potenciais, bem como a exigência de uma elevada prontidão das forças aliadas associada à flexibilidade que possibilitem uma resposta a alterações bruscas nas solicitações e no segundo onde são elencados os novos perigos e o conseqüente apelo para uma nova determinação aliada para os enfrentar.

O conceito de 2010, denominado “*Active Engagement, Modern Defence*”, veio reafirmar o papel fundamental da OTAN na salvaguarda da liberdade dos seus Aliados e da segurança internacional, através de meios políticos e militares.

A importância da ligação entre a América do Norte e a Europa foi reforçada como contributo para a manutenção da paz e segurança transatlântica e os diálogos políticos e a cooperação foram fomentadas, salientando-se as parcerias da OTAN com as Nações Unidas, a União Europeia e com a Rússia. “O novo Conceito Estratégico marca mais uma evolução no relacionamento com a Rússia, que passa, agora, a ser encarada como um parceiro estratégico, apesar das suspeições recíprocas e das ambiguidades que têm marcado esta relação e que não desaparecem com um simples documento.” (Monteiro, 2011).

Por forma a assegurar a segurança das populações e territórios dos Aliados, num cenário global sujeito a diferentes ameaças e desafios, foram estabelecidas três tarefas essenciais: a Defesa Coletiva, a Gestão de Crise e a Segurança Cooperativa (NATO, 2010). Segundo Sousa (2017) seja em suporte a operações conjuntas, predominantemente marítimas, como definido no Conceito estratégico, as forças marítimas têm papéis fundamentais a cumprir, zelando pelos interesses coletivos da Aliança num espectro de desafios de defesa e segurança. O ambiente marítimo assume assim, soberana importância no âmbito da segurança cooperativa.



Apêndice E — A Crise migratória no Mediterrâneo

A migração em massa vem, de acordo com Zahra (2017), remodelando a Europa e as Américas do Norte e do Sul há pelo menos cento e cinquenta anos, mas nem sempre da mesma maneira. Em alguns pontos, provocou a fundação de muros e uma onda de deportações e detenções, noutros momentos, os Estados competiram para recrutar migrantes para abastecer suas economias, colonizar terras ou compensar a queda da taxa da natalidade. Hoje em dia, o mundo parece ter optado pela primeira abordagem.

Atualmente, conotado como um fenómeno irregular, a Europa testemunha a pior crise humanitária desde 1945.

O Mediterrâneo tem sido, por largos anos a porta de entrada para a migração com destino à Europa, mas devido à guerra síria e ao fracasso da Europa em fornecer canais seguros para os refugiados, tornou-se agora uma estrada para o contrabando de migrantes. Conforme partilhado por Arroiteia (2017) apesar de, ainda, não ser constituída como uma das tarefas no conceito MSO, a migração irregular, de uma forma direta, será integrada a muito breve prazo, uma vez que associado a este fenómeno tiram partido um conjunto de ameaças transnacionais que se torna imprescindível os Estados mitigarem. De acordo com Simões (2017), de uma forma indireta, já está a fazê-lo. Os movimentos migratórios, apesar de sempre terem existido, assumem hoje, uma intensidade e uma dimensão à escala planetária, podendo-se referenciar o terrorismo e o crime organizado como uma das ameaças que se tem aproveitado desses movimentos para expandir a sua ação à escala global.

Segundo Teitelbaum (2015) os desenvolvimentos na Líbia e, mais recentemente na Síria, fomentam e agudizam o problema da imigração ilegal, contribuindo para acentuar os surtos migratórios clandestinos e, conseqüentemente, a pressão sobre as fronteiras marítimas.

“The recent mass migrations pose deep moral dilemmas for European societies, of a kind that moral philosophers and theologians call tragic choices.” (M. Zhukov, 2016)

A migração deve, agora, ser entendida como um fenómeno altamente alavancado. A realidade da migração não é estranha à Europa (1957 *Treaty of Rome*; 1990 *Schengen Convention*; 1992 *Maastricht Treaty*; 1997 *Treaty of Amsterdam*; 2004 *Directive on Free Movement of Citizens*; 2014 *Dublin Regulation*), onde milhares se estabelecem legalmente todos os anos. Em conjunto, estes tratados, convenções, regulamentos e diretivas da UE transformaram o movimento de pessoas dentro da Europa, selando a liberdade de movimento para cidadãos, foram desmantelados os controlos fronteiriços na UE, mudança essa que a própria Comissão Europeia descreveu como “*one of the greatest achievements of the EU*”. Acordo declaração de António Guterres, antigo Alto Comissário das Nações Unidas, “*to deny its responsibility to help those seeking protection from war and persecution is to threaten the very building blocks of the humanitarian system Europe worked so hard to build.*” No entanto, esta relação é facilmente anonimada perante os números dramáticos de potenciais migrantes oriundos de Estados falidos ou em guerras civis.

Mesmo com o risco da própria vida, milhares forçam a passagem, pagando a contrabandistas, a fim de solicitar asilo para um país europeu. Esta realidade é



formalmente assumida, em vários governos da UE, quando declaram que as atuais missões humanitárias de salvamento marítimo estão a encorajar um maior número de pessoas a prosseguirem esta abordagem e embarcarem nestas travessias de risco (Arroteia, 2017).

É, contudo, evidente que mesmo esta vasta arquitetura da UE em matéria de legislação e regulamentação da migração não está a funcionar. Os resultados não são nem eficazes nem humanitários e estão a criar fissuras profundas no próprio continente. De acordo com Teitelbaum (2015) um número crescente de Estados membros estão a tomar medidas legislativas, executivas e judiciais que ignoram ou contrapõem acordo da UE, nomeadamente o Regulamento de Dublin e o Acordo de Schengen, recriando os controlos fronteiriços, não registando ou fornecendo condições dignas aos requerentes de asilo e incentivando migrantes a seguirem para outros países da Europa. Muitos líderes políticos tornaram-se extremamente críticos para com as políticas da UE sob diferentes perspetivas e pedem mudanças rápidas.

O mundo observa onda após onda de migrantes e refugiados despejados nas fronteiras da Europa, o que já foi considerado chocante equipara-se agora, segundo Chivvis (2016) a uma rotina.



Apêndice F — Balanceamento das Políticas de Direita na Europa

A meio de uma crise migratória, com um lento crescimento económico e com a crescente desilusão com a União Europeia, os partidos de direita têm, transversalmente, ganhado preponderância eleitoral em vários países europeus.

A estatística considerada, aborda o espectro político que vai do populista e nacionalista ao neofascista de extrema-direita.

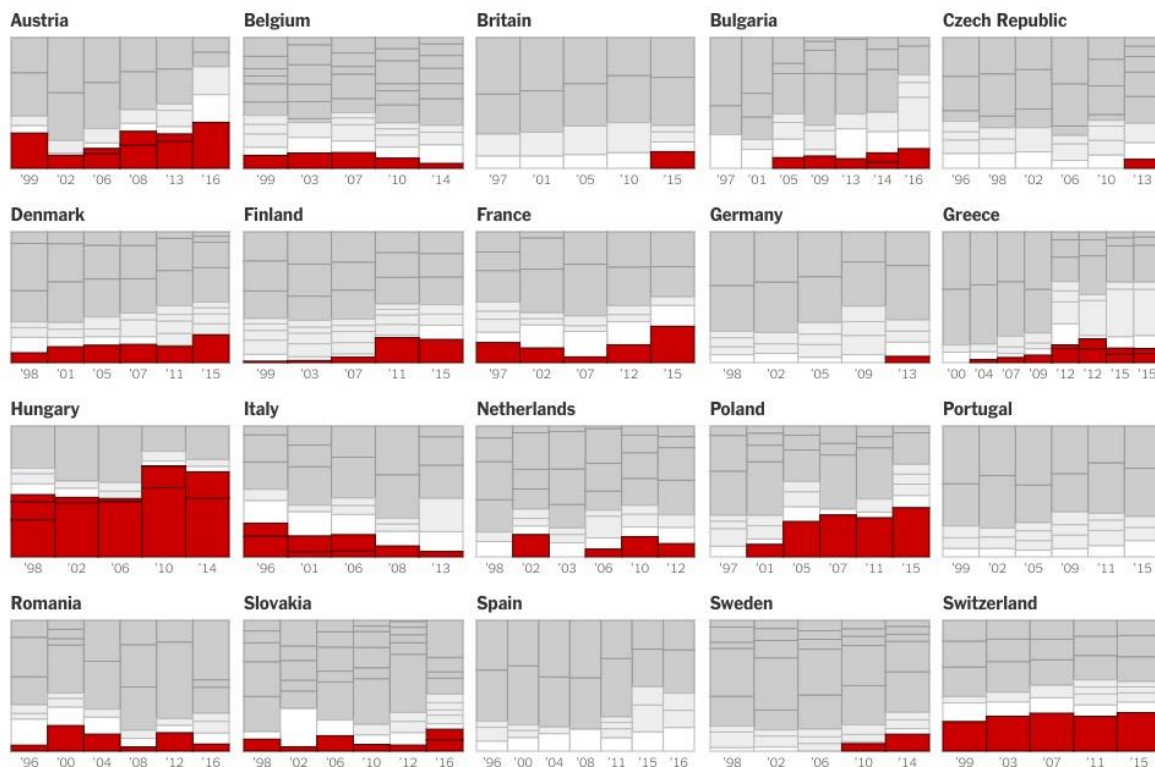


Figura 2 – Tendência das políticas europeias, para a Direita

Fonte: Gregor Aisch, 2016

A Figura 2, espelha os resultados eleitorais em vinte países europeus, com partidos populistas de direita e extrema direita destacados a vermelho.

Na Áustria, Norbert Hofer, do Partido da Liberdade nacionalista e anti-imigração, tornou-se o principal candidato na primeira volta das eleições presidenciais no final de Abril de 2016, ganhando 35% dos votos. Em maio do mesmo ano, na segunda volta, ele recebeu 49,7% dos votos, perdendo por escassa margem para Alexander Van der Bellen, um professor de economia de setenta e dois anos e ex-líder do Partido Verde. Após contestações e cancelamento da eleição, Van der Bellen repetiu a sua vitória contra Hofer, ampliando a sua margem para 6,6% dos votos. Balizado por uma campanha com vista a fortalecer as fronteiras do país, Hofer tende a limitar benefícios para os imigrantes e favorecer os austríacos no mercado de trabalho. O Partido de extrema direita, cujo lema é “*Austria first*” detém atualmente quarenta dos cento e oitenta e três assentos no Conselho Nacional.

Na Polónia, o partido “*Law and Justice Party*”, reivindicou-se de volta ao governo ao ganhar 39% dos votos nacionais nas eleições parlamentares de 2015. O partido fundado em 2001 por Lech Kaczynski e seu irmão gémeo Jaroslaw, ganhou destaque em 2005 tendo-se



Lech tornado presidente. Em 2010, Lech Kaczynski e grande parte da liderança polonesa morreram num acidente de avião. Jaroslaw Kaczynski seu irmão, encontra-se agora a liderar o rumo da Polónia como líder do Partido.

Viktor Orban e seu partido de direita Fidesz, que corre em lista conjunta com o Partido Democrata Cristão K.D.N.P., venceu as duas últimas eleições parlamentares na Hungria, preocupando muitos líderes ocidentais sobre seu governo cada vez mais autoritário. O Partido também ganhou decisivamente na votação para o parlamento Europeu em maio de 2014.

Jobbik, um partido de extrema-direita, anti-imigração, populista e protecionista económico, ganhou 20% dos votos nas eleições parlamentares de 2014, tornando-se o terceiro maior partido da Hungria. Jobbik, entre outros projetos, pretende aumentar os gastos do governo na etnia húngara que vive fora do país assim como formar um novo ministério dedicado a apoiá-los. Num projeto lei de 2012, visando atacar a comunidade homossexual, o partido propôs criminalizar a promoção do “desvio sexual” com penas de prisão até oito anos.

O partido democrata, considerado de extrema direita, da Suécia, que desmentiu as suas raízes no movimento de supremacia branca, ganhou cerca de 13% dos votos nas eleições de setembro de 2014, o que lhe deu quarenta e nove dos trezentos e quarenta e nove lugares no Parlamento. Como nenhum dos principais partidos formaria coligação com os democratas suecos, liderado por Jimmie Akesson, o país é presentemente governado por uma frágil coligação entre sociais democratas e o Partido Verde ou *Green Party*. O partido liderado por Akesson pede uma forte restrição às políticas de imigração e opõe-se fortemente à adesão da Turquia à União Europeia.

Fundado em 1980, o partido neofascista Golden Dawn chamou a atenção internacional em 2012, quando entrou no parlamento Grego pela primeira vez, ganhando 18 assentos. Os resultados das eleições vieram em pela crise debilitante da dívida do país e às medidas de austeridade resultantes. O partido, que o comissário dos direitos humanos do Conselho da Europa descreveu em 2013 como “neonazista e violento”, mantém opiniões anti-imigrantes extremas, e favorece um acordo de defesa com a Rússia frisando que as políticas do euro foram a causa da destruição nacional.

Em setembro de 2013, as autoridades gregas prenderam dezenas de altos funcionários da Golden Dawn, incluindo o líder do partido e alguns membros do parlamento. Nikos Michaloliakos foi acusado de formar uma organização criminosa.

O Golden Dawn, que mais uma vez ganhou dezoito assentos nas eleições parlamentares de setembro, foi em grande parte silenciada aquando do início da crise migratória. Tem, no entanto, mais recentemente junto com membros do partido marchado e reivindicado os seus ideais junto dos campos de refugiados na Grécia.

Desde que foram libertados da custódia, membros do partido Golden Dawn afirmaram e prometeram esforços de protesto em todo o país contra o que eles designam e alertam ser, a islamização da Grécia.

A Frente Nacional (National Front), é um partido nacionalista que usa a retórica populista para promover as suas posições anti-imigração e anti União Europeia. O partido favorece políticas económicas protecionistas e restringe os benefícios governamentais para



os imigrantes, incluindo cuidados de saúde e promove a redução drástica de imigrantes admitidos em França. O partido foi fundado em 1872 por simpatizantes nazistas e membros do regime colaboracionista de Vichy durante a guerra. A Frente Nacional é agora liderada por Marine Le Pen, que assumiu o cargo de seu pai, Jean-Marie Le Pen, em 2011. Fruto de uma linguagem abertamente antissemítica e racista, Jean enfrentou repetidas acusações por negar a existência do holocausto e incitação ao ódio racial, imagem do partido que a atual líder tem vindo a tentar suavizar junto da comunidade.

Na primeira volta das eleições regionais em dezembro de 2015 o partido Frente Nacional venceu a maioria dos votos nacionais com 27%, tendo na segunda volta visto negado a vitória em todas as treze regiões francesas. Marine Le Pen foi candidata do partido para as presidenciais de 2017, tendo perdido as eleições na segunda volta.

A alternativa de extrema direita Alemã, teve início em 2013 como um movimento de protesto contra a moeda do euro, tendo ganho 25% dos votos nas eleições estaduais alemãs em março de 2016, desafiando a política de consenso alemã e tendo sido apontado como uma vulnerabilidade à política de Angela Merkel. O partido não conseguiu assentos no parlamento alemão em 2013, limitando-se a perder o limiar dos 5%, está, no entanto, a recuperar adeptos situando-se, segundo últimas sondagens, entre os 10 e 12% com perspectivas de ser o primeiro partido de direita a entrar no Parlamento desde o fim da segunda guerra mundial. Os apoios ao partido têm vindo a subir após as agressões sexuais durante as festividades de ano novo na cidade de Cologne. Frauke Petry, líder do partido de extrema direita, reiterou a necessidade de uma postura mais firme dos guardas de fronteira para qualquer pessoa que as cruze de forma ilegal. As orientações políticas do partido passam atualmente pelo princípio “O Islamismo não pertence à Alemanha” e apela à proibição de construção de mesquitas.



Apêndice G — Guião da entrevista semiestruturada



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

CURSO: Promoção a Oficial Superior 2016 – 2017 – TIFC
TEMA: “A Evolução das Operações de Segurança Marítima (MSO), no contexto atual das Ameaças Transnacionais”
DISCENTE: 22000 1TEN Ricardo Beirão Cortez Saraiva da Rocha
CONTACTO: rocha.rbc@ium.pt; ricardo.saraiva.rocha@marinha.pt
Telemóvel: 916734549

Guião para entrevista com S.Exa. _____

A entrevista tem por base um Trabalho de Investigação Final de Curso (TIFC) do CPOS

Objeto de investigação: As Operações de Segurança Marítima;

Para a condução de trabalho, foi definido o seguinte objetivo geral:

- Analisar a evolução das MSO e o seu contributo no combate às ameaças transnacionais atuais.

Para orientar as pesquisas e assegurar a unidade de propósito do presente trabalho, formulou-se a seguinte **Questão Central (QC):**

QC – De que forma têm evoluído as MSO, para fazer face às atuais ameaças transnacionais?

Para a qual concorrem **3 questões derivadas (QD):**

Q1 – Como têm evoluído as operações de segurança marítima?

Q2 – Quais são as atuais ameaças transnacionais?

Q3 – Qual o contributo das MSO no combate às ameaças transnacionais atuais?

Conceitos Chave:

MSA. “*An enabling capability which seeks to deliver the required information superiority in the maritime environment to achieve a common understanding of the maritime situation in order to increase effectiveness in the planning and conduct of operations.*”

MSO. “*Operations conducted in co-operation with national authorities and International Organizations as appropriate, or by the Alliance alone when directed, to counter the threats, and mitigate the risks, of illegal or threatening activities, in order to help safeguard Allies strategic interests, security and stability by contributing to mitigating gaps in current national civilian and/or military law enforcement.*”

Ameaça Transnacional. “Ameaças não militares que cruzam fronteiras e que simultaneamente ameaçam a integridade social e política dos Estados ou mesmo a saúde dos habitantes, bem como a sua qualidade de vida.”



Contextualização:

A OTAN, no âmbito do seu interesse estratégico e nos seus pilares de atuação, tem vindo a realizar diversas operações marítimas. As quais têm vindo a demonstrar elevada adaptabilidade, quando confrontadas com novos desafios.

A forma como as atuais ameaças interferem com o planeamento e execução destas operações é algo a ter em consideração.

A Europa enfrenta uma crise migratória sem precedentes, o que levanta diversas atenções morais e políticas!

A entrevista pretende-se semiestruturada, privilegiando a conversa e troca de impressões entre o entrevistado e o discente. Com o propósito de reunir dados e experiências de diversas fontes, as questões não serão tabuladas.

Apenas como propósito orientador, apresenta-se em baixo um referencial de perguntas guia, sobre as quais existe interesse de informação.

- Q1. Quais são as atuais ameaças transnacionais?
- Q2. Existe possível correlação entre alguma ameaça, considerada transnacional, e a migração irregular?
- Q3. De que forma as ameaças transnacionais influenciam os instrumentos de poder, Político e Económico?
- Q4. Tendo como marco os ataques às Torres Gémeas de 11 de setembro 2001, como têm evoluído as Operações de Segurança Marítima (MSO) até aos dias de hoje?
- Q5. Tendo presente o contexto atual no Mediterrâneo, porque tenta a OTAN, na sua área de atuação e legitimidade, ter um papel preponderante nesta problemática?
- Q6. Que aspetos determinantes, marcaram a transição da Operação *Active Endeavour* (OAE) Art.5º, para a Operação *Sea Guardian* (OSG)?
- Q7. Que valências, métodos e capacidades transitaram da OAE para a OSG?
- Q8. Sendo catalogada como uma missão puramente MSO, o que manifesta na OSG que garanta evolução e dinamismo ao conceito?

Notas:

- a) Solicita-se autorização para a gravação da entrevista, a fim de facilitar a posterior reedição a escrito;
- b) Caso considere adequado, o resultado da entrevista, redigido a escrito, será submetido à aprovação e autorização de V. Exa;